JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.04.23 05:20:56 -03'00'

# Breitener Holding e Participações S.A.

CNPJ nº 40.659.026/0001-60

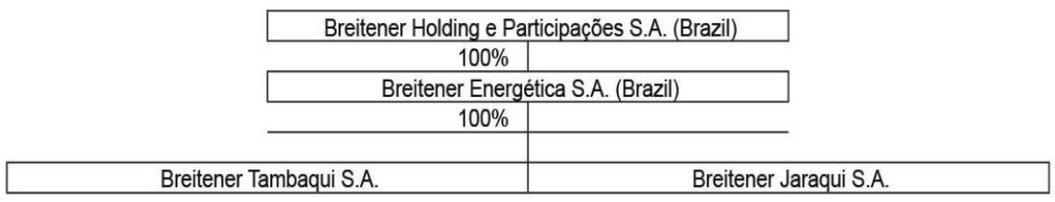
## Relatório Anual da Administração

A Administração da Companhia, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas por Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Breitener Holding e Participações S.A. **Perfil corporativo:** A Breitener Holding e Participações S.A. foi criada em 8 de fevereiro de 2021 com a finalidade específica de comprar as ações da Breitener Energética S.A. Posteriormente, em 27 de agosto de 2021, a Petrobras anunciou, que celebrou um contrato para vender sua participação de 93,66% na Breitener Energética S.A., situada no Amazonas, para a Breitener Holding e Participações S.A., que é uma subsidiária integral da Ceiba Energy LP. A aquisição de 100% das ações da Breitener Energética S.A. foi finalizada em 6 de novembro de 2021 pela Breitener Holding e Participações S.A., pelo valor total de R$394.901, conforme descrito a seguir:

| Acionistas | CNPJ | Percentual de ações na Companhia | Preço base de aquisição | Preço base de aquisição | PBAC | | LP | PDF | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras | 33.000.167/0001-01 | 93,66% | – | 251009 | 261.603 | – | 14.026 | 247.577 | |
| GGR Participações S.A. | 11.562.228/0001-91 | 3,34% | 8.951 | 8.951 | 9.329 | – | 500 | 8.829 | |
| ALN Gás e Energia S.A. | 03.843.830/0001-79 | 1,00% | 2.680 | 2.680 | 2.793 | – | 150 | 2.643 | |
| Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda. | 19.884.626/0001-36 | 1,00% | 2.680 | 2.680 | 2.793 | – | 150 | 2.643 | |
| Alcântara, Mendes & Cia Ltda. | 41.424.136/0001-06 | 1,00% | 2.680 | 2.680 | 2.793 | – | 150 | 2.643 | |
| **Total** | | **100%** | **16.991** | **268.000** | **279.312** | – | **14.976** | **264.336** | (a) |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Earn-out | nov/23 | 29.536 | (b) |
| Earn-out | nov/24 | 10.408 | (b) |
| Venda de motores | | 621 | (c) |
| Contraprestações totais | | **304.901** | |

(a) Preço base de aquisição definido em agosto de 2021 ajustado pela correção definida em contrato e descontado o Leakage Petrobras (LP). (b) Valor presente do earn-out relacionado com a correção do contrato pelos IGP-M em 2023 e 2024 nos montantes de R$ 42.000 mil e R$ 14.800 mil, respectivamente, à taxa livre de risco de 10% ao ano (baseada na NTN-B), ambos com vencimento em 15 de julho de 2025. (c) Venda de motores (restituição do valor de 90% à petrobras) - 13 motores Jenbacher. O fluxo de vencimento do saldo a pagar (earn-out) pela aquisição da Breitener Energética S.A. em agosto de 2021 possuem correção pelo IGP-M em 2023 e 2024 nos montantes de R$ 42.000 mil e R$ 14.800 mil, respectivamente, à taxa livre de risco de 10% ao ano (baseada na NTN-B), ambos com vencimento em 15 de julho de 2025. Em 2023, o contas a pagar por aquisição é composto também pelos montantes do Reprocessamento de impostos da Jaraqui e Tambaqui e reembolsos de CCC, enquanto em 2021 a rubrica era composta por valores somente da Breitener Holding (tabela acima). O total saldo de contas a pagar pela aquisição em 2023 foi de R$ 112.033 mil.




**Práticas de governança, sociais, organização e de sustentabilidade:** Em 2023, a Companhia atualizou suas Políticas, Procedimentos, Ações e Projetos, assegurando que seus negócios fossem pautados pela ética, integridade, transparência e gestão responsável de suas atividades. Foram implementadas práticas de governança corporativa, promovendo a transparência e a distribuição equitativa de informações aos seus stakeholders, além de incorporar práticas anticorrupção nos negócios. A Companhia expandiu seus canais de comunicação, buscando garantir a inclusão e consulta de todos os stakeholders (colaboradores, fornecedores, parceiros comerciais e comunidades), mantendo um relacionamento pautado pela transparência, credibilidade e ética. Houve um esforço contínuo para desenvolver os negócios de maneira segura, justa e inclusiva, valorizando as pessoas e o capital humano. A Companhia deu prioridade ao bem-estar de seu público interno, promovendo campanhas de saúde e segurança e reafirmando seu compromisso com a vida dos colaboradores, comunidades e parceiros. Foram realizadas avaliações detalhadas dos recursos humanos das empresas do grupo, resultando em mudanças e melhorias significativas. Em 2023, ocorreram alterações na equipe, com a contratação de profissionais para cargos-chave que apoiariam as operações de investimento no Brasil, incluindo a Breitener Holding S.A. O organograma do grupo foi revisado e analisado para sugerir e implementar uma estrutura mais eficiente, além de realizar contratações e substituições necessárias, de acordo com as necessidades da Companhia. Essas propostas foram aprovadas pelo Conselho. A Companhia investiu significativamente em reforçar a solidez, eficiência e sustentabilidade dos negócios, com foco nos aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG), colocando as práticas de ESG no centro de suas decisões estratégicas e reforçando seu compromisso com uma gestão responsável. Essa abordagem visa contribuir para o desenvolvimento sustentável, enfrentar desafios globais e alinhar-se às melhores práticas de políticas socioambientais do mercado. A Companhia cumpriu rigorosamente as condicionantes ambientais de suas Licenças de Operação, emitidas pelo IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, executando e gerenciando programas ambientais adequados, realizando uma gestão ambiental responsável e comprometida com a proteção do meio ambiente, minimizando impactos negativos e promovendo a preservação dos recursos naturais, com foco na gestão de resíduos. **Desempenho Operacional em 2023:** No ano de 2023, a Companhia alcançou uma produção média líquida de 123,2 MW por meio das subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, superando em 2,6% a capacidade contratada de 120 MW para ambas as usinas. Este avanço foi resultado de uma estratégia eficaz de operação e manutenção, que elevou a disponibilidade operacional para 92,6% e a confiabilidade para 96,2%. A melhoria na eficiência e a redução na quantidade de falhas contribuíram para diminuir o tempo necessário para reparos dos equipamentos. **Desempenho Financeiro em 2023:** O ano de 2023 apresentou desafios econômicos mundiais, mas também oportunidades de destaque. A Companhia soube se adaptar e mostrar resiliência, alcançando um desempenho financeiro robusto. Mesmo diante das adversidades, a Companhia destacou-se pela significativa redução nos custos operacionais, que permitiu uma condição favorável de gestão de seu caixa com a implementação de melhorias de seus controles internos. Ao final do ano, a Companhia contava com uma sólida posição de caixa, o que proporciona flexibilidade financeira para suportar as operações e investimentos futuros. Em 17 de abril de 2023, a controlada Breitener Energética realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, garantidas e em série única, com valor total de R$ 73.000.000,00. A taxa de juros foi definida em DI + 3,5000%, com vencimento para 17 de dezembro de 2024. Esta emissão visa atender a fins gerais corporativos, incluindo capital de giro e reforço de caixa, alinhando-se à estratégia do grupo. Como parte deste processo de emissão de debêntures, foram estabelecidas garantias a favor do Santander, sendo este o único debenturista. Essas garantias serão mantidas até que se cumpram os requisitos estipulados no contrato de emissão. **Agradecimentos:** Nós deixamos aqui registrados os nossos agradecimentos e reconhecimento a todos os nossos colaboradores e parceiros pela confiança e empenho durante o ano de 2023.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2024

**A Administração**

**Paulo Alexandre Macedo de Almeida**
Diretor

**Paula Barcelos Loureiro**
Diretora

## Balanço Patrimonial

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais)

| Ativo | Nota | Consolidado 2023 | Consolidado 2022* | Controladora 2023 | Controladora 2022* |
|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 85.287 | 112.546 | 1.404 | 1.497 |
| Contas a receber, líquidas | 6 | 98.810 | 291.135 | – | – |
| Estoques | 7 | 49.050 | 59.618 | – | – |
| Imposto de renda e contribuição social | 15 | 56.821 | 53.750 | 1.139 | 1.056 |
| Impostos e contribuições | 15 | 7.756 | 2.855 | 155 | 126 |
| Dividendos e Juros sobre capital próprio | 12 | – | – | 99.479 | 99.479 |
| Adiantamento a fornecedores | | 4.025 | 3.539 | 40 | 40 |
| Outros | | 4.651 | – | – | – |
| | | **306.400** | **523.443** | **102.217** | **102.198** |
| **Não circulante** | | | | | |
| **Realizável a longo prazo** | | | | | |
| Mútuo com partes relacionadas | 12 | 205 | 45.500 | 205 | 45.500 |
| Contas a receber, líquidas | 6 | 146.164 | 120.125 | 12.397 | 9.054 |
| Partes relacionadas - Outros | 12 | – | – | 71.511 | 50.094 |
| Depósitos judiciais | 22 | 2.964 | 2.210 | – | – |
| Imposto de renda e contribuição social | 15 | 75.109 | 72.626 | – | – |
| Impostos e contribuições | 15 | 195.523 | 190.618 | – | – |
| Prêmio de seguros | | 4.272 | – | – | – |
| | | **424.237** | **431.079** | **84.113** | **104.648** |
| **Investimentos** | 8 | – | – | 348.278 | 367.745 |
| **Imobilizado** | 9 | 10.828 | 11.021 | 915 | 1.109 |
| **Intangível** | | 119 | 199 | 119 | 199 |
| | | **10.947** | **11.220** | **349.312** | **369.053** |
| | | **435.184** | **442.299** | **433425** | **473.701** |
| | | **741.584** | **965.742** | **535.642** | **575.899** |

*Reapresentado Nota 2.2

| Passivo | Nota | Consolidado 2023 | Consolidado 2022* | Controladora 2023 | Controladora 2022* |
|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | |
| Fornecedores | 11 | 7.328 | 18.309 | 27 | 269 |
| Debêntures | 14 | 90.676 | 82.984 | – | – |
| Imposto de renda e contribuição social | 15 | 45.594 | 56.907 | – | – |
| Impostos e contribuições | 15 | 10.219 | 10.782 | 287 | 49 |
| Programa de regularização fiscal | 15 | 2.727 | 3.352 | – | – |
| Passivos contingentes | 15.5 | 8.018 | 8.018 | – | – |
| Salários, férias, encargos e participações | | 10.533 | 12.602 | – | 23 |
| Provisão para gastos de P&D | | 10.343 | 7.513 | – | – |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 16.5 | 31.020 | 31.020 | 31.020 | 31.020 |
| Adiantamento de cliente | | 573 | 638 | 218 | 217 |
| | | **217.031** | **232.125** | **31.551** | **31.578** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Debêntures | 14 | – | 44.072 | – | – |
| Fornecedores | 11 | 3.546 | – | – | – |
| Partes Relacionadas | 12 | – | – | 253.858 | 234.186 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 15 | 98.645 | 156.862 | – | – |
| Programa de regularização fiscal | 15 | 1.249 | 4.690 | – | – |
| Contas a pagar de aquisição | 13 | 112.033 | 99.540 | 112.032 | 90.616 |
| Passivo Contingentes | 15.5 | 170.134 | 170.134 | – | – |
| Provisão para processos judiciais e administrativos | 22 | 745 | 38.528 | – | – |
| Outros passivos | | 621 | 891 | 621 | 619 |
| | | **386.973** | **514.717** | **366.511** | **325.451** |
| | | **604.004** | **746.842** | **398.062** | **356.999** |
| **Patrimônio líquido** | | | | | |
| Capital social | 16.1 | 122.001 | 122.001 | 122.001 | 122.001 |
| Capital a integralizar | 16.1 | (8.644) | (8.644) | (8.644) | (8.644) |
| Reservas de lucros | 16.4 | 99.590 | 99.590 | 99.590 | 99.590 |
| Lucros (Prejuízos) acumulados | 16.4 | (75.367) | 5.953 | (75.367) | 5.953 |
| | | **137.580** | **218.900** | **137.580** | **218.900** |
| | | **741.584** | **965.742** | **535.642** | **575.899** |

*Reapresentado Nota 2.2

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstração de Resultados Abrangentes

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais)

| | Consolidado 2023 | Consolidado 2022* | Controladora 2023 | Controladora 2022* |
|---|---|---|---|---|
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | (81.320) | 9.667 | (81.320) | 9.667 |
| Resultado abrangente total | **(81.320)** | **9.667** | **(81.320)** | **9.667** |

*Reapresentado Nota 2.2

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstração de Resultado

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

| | Nota | Consolidado 2023 | Consolidado 2022* | Controladora 2023 | Controladora 2022* |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita de serviços | 17 | 75.612 | 92.814 | – | – |
| Custo dos serviços | 18.1 | (102.988) | (135.055) | – | – |
| Prejuízo bruto | | (27.376) | (42.241) | – | – |
| **Receitas (despesas) operacionais** | | | | | |
| Vendas | | – | (1.746) | – | – |
| Gerais e administrativas | 18.2 | (26.238) | (26.240) | 2.294 | (2.354) |
| Tributárias | | (5.585) | (3.439) | (1.151) | (132) |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas | 19 | 116.132 | (5.580) | 70.969 | 105.072 |
| **Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro** | | **84.309** | **(37.005)** | **72.112** | **102.586** |
| **Resultado Financeiro Líquido** | | **(159.030)** | **107.973** | **(135.997)** | **1.869** |
| Receitas financeiras | 20 | 61.263 | 121.229 | 45 | 2.820 |
| Despesas financeiras | 20 | (241.650) | (29.618) | (136.112) | (961) |
| Variações monetárias e cambiais, líquidas | 20 | 21.357 | 16.362 | 70 | 10 |
| Resultado de participações em investimentos | 8 | – | – | (17.435) | (94.788) |
| **Lucro (Prejuízo) antes dos impostos** | | **(102.097)** | **28.727** | **(81.320)** | **9.667** |
| Imposto de renda e contribuição social | 15.3 | 20.777 | (19.060) | – | – |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | | **(81.320)** | **9.667** | **(81.320)** | **9.667** |
| Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R$) | 16.6 | (0,67) | 0,08 | (0,67) | 0,08 |

*Reapresentado Nota 2.2

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais)

| | Capital subscrito e integralizado | Capital a integralizar | Legal | Retenção de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **122.001** | **(8.644)** | **3.542** | **50.480** | **56.047** | **223.426** |
| Lucro líquido do exercício (Reapresentado) | – | – | – | – | 9.667 | 9.667 |
| Apropriações de lucro líquido em reservas | – | – | 2.988 | 42.580 | (45.568) | – |
| Dividendos mínimos obrigatórios | – | – | – | – | (14.193) | (14.193) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)** | **122.001** | **(8.644)** | **6.530** | **93.060** | **5.953** | **218.900** |
| Prejuízo do exercício | – | – | – | – | (81.320) | (81.320) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | **122.001** | **(8.644)** | **6.530** | **93.060** | **(75.367)** | **137.580** |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais, exceto se indicado em contrário)

| | Nota | Consolidado 2023 | Consolidado 2022* | Controladora 2023 | Controladora 2022* |
|---|---|---|---|---|---|
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | | | | |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | | (81.320) | 9.667 | (81.320) | 9.667 |
| **Ajustes para:** | | | | | |
| Juros sobre debêntures | 14 | 19.339 | – | | – |
| Apropriação de custo | 14 | 905 | – | – | – |
| Amortização menos valia | 19 | – | – | (70.969) | (105.953) |
| Resultado de participação em investimento | 8.2 | – | – | 17.435 | 94.788 |
| Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros | | (40.720) | 42.645 | 125 | (15.603) |
| Depreciação e amortização | | 329 | 119 | 329 | 101 |
| Reversão e Provisão de Perdas de crédito esperadas - PCE | 6.2 | (13.665) | 19.298 | | – |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos | 15.4 | (58.217) | (33.744) | | – |
| Receita de juros de mútuos com partes relacionadas | 12.2 | (3.308) | – | – | – |
| Perdão de dívida com partes relacionadas | 12.2 | 215.708 | – | 136.035 | |
| Reversão e provisão para perdas com processos judiciais e administrativos | 22 | (37.783) | 37.110 | | – |
| Líquido do reembolso efetuado pela Petrobrás e provisões. | | 5.953 | – | – | – |
| **Redução (aumento) de ativos** | | | | | |
| Contas a receber | | (53.563) | (137.507) | (3.344) | (56) |
| Contas a receber - arrendamento financeiro | 10 | 278.425 | 153.574 | – | – |
| Estoques | 7 | 10.568 | 39.783 | – | – |
| Outros ativos | | (10.164) | (5.737) | – | (58.226) |
| **Aumento (redução) de passivos** | | | | | |
| Fornecedores | 11 | (7.435) | (14.927) | (243) | 230 |
| Outros passivos | | 4.136 | 72.533 | 19.346 | 284.497 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (32.663) | (41.636) | – | – |
| **Recursos líquidos gerados pelas atividades** | | **196.525** | **141.178** | **17.395** | **209.445** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** | | | | | |
| Fornecimento de caixa por meio de mútuo | 12.2 | (167.105) | (45.500) | (90.740) | (45.500) |
| Redução de capital | 8.2 | – | – | 73.000 | – |
| Aquisição de Imobilizado e Intangível | | (55) | (1.189) | (54) | (1.171) |
| **Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento** | | **(167.160)** | **(46.689)** | **(17.794)** | **(46.671)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos** | | | | | |
| Mútuo com partes relacionadas | | – | – | 306 | – |
| Cessão de debêntures | 14 | 73.000 | – | – | (210.751) |
| Pagamento de juros sobre debêntures | 14 | (19.699) | (46.546) | – | (7.693) |
| Amortização debêntures | 14 | (109.925) | (70.496) | – | (2.326) |
| **Recursos líquidos gerados pelas (utilizados) nas atividades de financiamento** | | **(56.624)** | **(117.042)** | **306** | **(220.770)** |
| **Redução de caixa e equivalentes de caixa** | | **(27.259)** | **(22.553)** | **(93)** | **(57.996)** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 112.546 | 135.099 | 1.497 | 59.493 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | | 85.287 | 112.546 | 1.404 | 1.497 |
| **Redução de caixa e equivalentes de caixa** | | **(27.259)** | **(22.553)** | **(93)** | **(57.996)** |

*Reapresentado Nota 2.2

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Breitener Holding e Participações S.A. e suas controladas (denominada, em conjunto, "Breitener", "Breitener Holding" ou a "Companhia"), subsidiária integral da Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Ceiba Energy"), foi constituída em 8º de fevereiro de 2021 com sede em São Paulo, tendo como atividade principal a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, e o objetivo de atuar como holding das empresas do Grupo Breitener Energética S.A. A Companhia é uma empresa investida da Denham Capital, uma empresa de investimento global em infraestrutura, energia e recursos sustentáveis, e celebrou com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras") e outros acionistas minoritários, um contrato de compra e venda de ações e outras avenças por meio do qual a Breitener Holding se comprometia a adquirir a participação societária de 100% na Breitener Energética S.A. ("Breitener Energética" e "Aquisição", respectivamente). O encerramento desta aquisição ocorreu em novembro de 2021, quando a Ceiba Energy passou a deter 100% do controle acionário da Breitener Energética S.A. e de suas subsidiárias, Breitener Jaraqui S.A. ("Jaraqui") e Breitener Tambaqui S.A. ("Tambaqui"), em conjunto, as "SPEs". A Breitener Energética S.A. (denominadas, em conjunto, "BESA" ou a "Controlada"), teve, inicialmente, como objeto social a produção e a comercialização de energia elétrica para fornecimento exclusivo à Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica Emergencial (CBEE), para suprimento ao Sistema Interligado, na modalidade de potência contratada e energia fornecida, na cidade de Maracanaú, estado do Ceará. Após cumpridas integralmente suas obrigações decorrentes do contrato com a CBEE, em abril de 2005, a Controlada focou todos os recursos na transferência de sua planta em Maracanaú/CE para Manaus/AM, visando a implantação de duas usinas termoelétricas, na mesma localidade, com o objetivo de fornecer energia elétrica a região norte do país. **(a) Contrato de fornecimento de energia e arrendamento mercantil dos equipamentos:** Atendendo a obrigação contratual específica, a Controlada criou duas Sociedades de Propósito Específico ("SPEs") - Breitener Tambaqui S.A. e Breitener Jaraqui S.A. - que assumiram os contratos de fornecimento de energia celebrados em 4 de maio de 2005 com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE (antiga Manaus Energia S.A.). Estes contratos têm vigências de vinte anos, com parcelas vencíveis mensalmente e corrigidas pela variação do índice geral de preços ao mercado - IGP-M. As cláusulas contratuais estabelecem a disponibilização mensal de 120 MW líquidos, ininterruptos, de energia elétrica; que a operação e manutenção da planta termoelétrica seja efetuada pela Controlada; e que todo o combustível consumido dentro dos limites de consumo específico e/ou *heat rate* será ressarcido pela arrendatária, descontado do incentivo recebido pela CCC-ISOL - Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados. Para iniciar a operação, as SPEs alugaram da Breitener Energética S.A. os motores transferidos de Maracanaú/CE e assumiram os custos de transporte e instalação, dentre outros. Os contratos preveem que as plantas termelétricas arrendadas pela Controlada, bem como os motores de propriedade das suas SPEs, serão revertidas para o patrimônio da arrendatária sem qualquer indenização devida, findos os prazos de vigência dos contratos em maio de 2025. Em dezembro de 2018 o controle da AmE relativo à parte de distribuição de energia foi vendido para o Consórcio Oliveira Energia/Atem, não afetando os contratos existentes, já que tais contratos foram anteriormente transferidos para a nova empresa criada pertencente ao grupo Eletrobras, a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (AmE-GT). Em 28 de junho de 2021, foi deliberada em assembleia geral a incorporação da AmE-GT pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte), controlada da Eletrobras, com efeitos a partir de 01 de julho de 2021. No dia 2 de fevereiro de 2023, as companhias Breiteners receberam propostas para a rescisão consensual dos contratos OC 1815/2005 e 1816/2005, firmados com a ELETRONORTE e suas subsidiárias, Breitener Tambaqui S.A. e Breitener Jaraqui S.A. As propostas sugerem finalizar o CBR vigente, a transferência dos ativos das UTEs para a Eletronorte e transferir a responsabilidade de operação e manutenção das UTEs para a mesma. O objetivo é trocar os acordos atuais por novos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) com a Amazonas Energia, visando a redução de despesas para a CCC e a promoção de tarifas mais acessíveis. A indenização sugerida pela rescisão segue a Cláusula 53, relativa a penalidades por rescisão, e seria paga em 12 parcelas mensais ajustadas pelo CDI. Para que a proposta se concretize, é necessária a aprovação explícita de todas as partes envolvidas, bem como a autorização da ANEEL e de outras entidades reguladoras, levando em conta os diversos aspectos regulatórios e competitivos. Em 10 de fevereiro de 2023, a direção da Breiteners confirmou o recebimento das propostas e manifestou o desejo de avançar nas negociações para a conclusão amigável dos contratos. Esse entendimento inicial foi submetido à ANEEL para a devida validação e permanece em avaliação até o momento da emissão deste relatório financeiro. **(b) Combinação de Negócios:** No período 08 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021, o Grupo passou pelos principais eventos a seguir: (i) aquisição da Breitener Energética S.A., através do contrato de compra e venda de ações e outras avenças originado pela Petróleo Brasileiro S.A. Em 27 de agosto de 2021, a Petróleo Brasileiro S.A., assinou acordo de venda da totalidade de sua participação acionária de 93,7% na Breitener Energética S.A. para a Breitener Holding Participações S.A. subsidiária integral da Ceiba Energy LP, para maiores detalhes, vide nota explicativa 24. Em 10 de novembro de 2021, foi finalizada a operação de compra e venda de ações da Companhia, onde a Breitener Holding e Participações S.A. ("Comprador") adquiriu a totalidade das ações de emissão da Breitener Energética S.A. detidas pela Petróleo Brasileiro S.A. e pelos demais acionistas minoritários até aquela data, concluindo a compra pelo Comprador de 100% do capital social da Breitener Energética S.A. **1.1. Destaques dos exercícios de 2023 e 2022: 1.1.1. Emissão de Debentures:** O grupo Breitener, por meio da Breitener Energética, seguiu a estratégia de seu acionista de custear a obra de outra empresa de seu grupo econômico, a Portocem Geração de Energia S.A., e buscou capitalizar seu caixa por meio da segunda emissão de debentures, em 17 de maio de 2023, conforme a resolução CVM nº 160, em série única, não conversíveis em ações, no valor de R$ 73 milhões, com vencimento em 17 de dezembro de 2024, tendo a Vórtex DTVM Ltda. como a Administradora das debêntures, conforme pode ser observado na nota 14. Com o recurso em caixa, e seguindo a deliberação de seus acionistas, a Breitener Energética reduziu seu capital no montante de R$ 73 milhões, e por sua vez a realizou a transferência de R$ 63 milhões em maio de 2023 e R$ 10 milhões em dezembro de 2023 para sua acionista a Holding Participações S.A., que por sua vez realizou a transferência por meio de empréstimo de mútuo de R$ 72.491 para a Portocem. Os pagamentos das parcelas das Debentures, foram realizadas por meio de remessas de dividendos acumulados, antecipados e empréstimos de mútuos de suas subsidiarias Breitener Tambaqui S.A. e Breitener Jaraqui S.A. conforme pode ser observado na nota 12. **1.1.2. Perdão de dívida com a Portocem:** Ao longo do ano de 2023, a construção da Usina Termelétrica da Portocem Geração de Energia S.A., financiada pelos empréstimos de mútuo das empresas Breitener Holding (R$ 126 milhões), Breitener Energética (R$ 44 milhões), Breitener Tambaqui (R$ 28 milhões) e Breitener Jaraqui (R$ 8 milhões), foi paralisada em função da retirada do fornecedor de gás GNL, a Shell Gás & Power Developments B.V. pelo encerramento do acordo comercial de preferência de compra e venda de suprimento de gás. O contrato de suprimento de gás era vital para o empreendimento, e devido da guerra da Ucrânia, o mercado global de gás GNL foi afetado de forma sensível, o que prejudicou o avanço deste contrato, e na busca por outros fornecedores com preços e condições compatíveis ao projeto, o que tornou inviável a sua continuidade neste projeto. Com a operação firmada da venda da Portocem do grupo Ceiba Energy fez com que os acionistas do grupo Breitener tomassem decisão estratégica de perdoar a dívida da Portocem com as empresas do grupo. Os valores registrados no ativo das empresas do grupo Breitener foram baixados e reconhecidos ao resultado na rubrica de outras despesas financeiras, conforme pode ser observado na nota 20, e adicionadas para fins de apuração do IRPJ e da CSLL do ano de 2023. **1.1.3. Ajuste contábil do contas a pagar com a Petrobras:** Em 21 de dezembro de 2021, Petrobras depositou uma quantia de R$ 56 milhões para Breitener Holding, a título de reembolso de despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social provenientes da competência deste mesmo ano, e devidos pelas empresas operacionais do grupo, Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui. Deste modo, Breitener Holding transferiu valor integral recebido para sua empresa controlada, Breitener Energética, que por sua vez repassou a mesma quantia para suas empresas controladas com acréscimo de R$ 3 milhões, de modo a antecipar a parcela da dívida devida pelos antigos acionistas minoritários da Breitener Energética, e que até aquele momento não haviam realizado a transferência. Breitener Tambaqui e a Breitener Jaraqui realizaram a quitação destes referidos passivos tributários. As reapurações do IRPJ e da CSLL das empresas operacionais do grupo Breitener ocorreram em data posterior à operação de compra e venda das ações da Breitener Energética, e o fato que deu origem a reapuração destes tributos foi registrado na contabilidade de maneira retroativa ao dia 07 de abril de 2021, data do acordo judicial entre as empresas Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui com Amazônia Energia e Eletrobras (responsável solidária) de valores de reembolso de crédito relacionados ao CCC-ISOL. Posteriormente, foi celebrado Instrumento de Confissão de

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.04.23 05:21:21 -03'00'

Dívida (ICD) entre Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui com sua então controladora indireta, Petrobras, que resultou no reconhecimento de montante de R$ 332 milhões no resultado da Breitener Jaraqui e de R$ 103 milhões no resultado da Breitener Tambaqui. Os valores recalculados e pagos pela Petrobras e minoritários, de IRPJ e CSLL, também geraram créditos tributários (pagamentos indevidos a maior), que no caso da Jaraqui foi no valor de R$ 31.562, e para a Tambaqui foi de R$ 14.664, pelos quais as Companhias geraram pedidos de restituição (Perdcomps) em março de 2022. Os recebimentos das restituições destes tributos pela Receita Federal do Brasil serão repassados a Petrobras conforme acordo comercial entre as empresas Petrobras (vendedora) e Ceiba Energy (compradora). Os valores recebidos por transferência bancária foram reconhecidos no dia 27 de junho de 2022, como aumento de capital social, tanto para Breitener Energética, como para as empresas operacionais, que no caso da Breitener Jaraqui, reconheceu o aumento de capital de R$ 47.595 e a Breitener Tambaqui reconheceu o aumento de capital de R$ 12.246. Entretanto, não houve deliberação pela administração, como também não houve alteração no Estatuto Social das Companhias do aumento de capital, o que fez a administração em 2023, reavaliar a operação como mero reembolso de despesas, acarretando lançamento contábil de reclassificação dos valores reconhecidos no capital da Companhia para a conta de reserva lucros acumulados. Além do ajuste realizado no capital, a administração entendeu que os valores dos créditos fiscais devem ser reconhecidos como repasses para a Petrobras, por serem provenientes da gestão do antigo acionista (Petrobras) da Breitener Energética. Logo, a Companhia reclassificou os créditos fiscais reconhecidos no Ativo Circulante para o Não Circulante e reconheceu provisão de outros contas a pagar no Passivo Não Circulante contra a conta de Reserva de Lucros (vide nota 2.2). **1.1.4. Ajuste do IRPJ e da CSLL corrente e diferido:** A Companhia revisou as apurações do IRPJ e da CSLL, e reconheceu na base destes tributos o efeito da exclusão temporária das despesas com aquisição de ativos novos e antigos (da construção das Usinas), conforme o que preconiza os artigos 46 e 49 da Lei 12.973/14, que não foram aproveitados nas apurações das empresas Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui entre o período de novembro de 2021 a dezembro de 2022. O impacto fiscal resultou em ajuste contábil que foi realizado no resultado do ano de 2023, o que reduziu a despesa de IRPJ e CSLL corrente das empresas em R$ 15 milhões na Breitener Jaraqui e R$ 20 milhões na Breitener Tambaqui e demais efeitos nas despesas do IRPJ e da CSLL diferidos. **1.1.5. Reversão da Provisão de Contingência do CCC-ISOL:** Em 2022, a Companhia realizou provisão de contingência de débitos relacionados a conta CCC-ISOL, em função do processo administrativo nº 48500.004046-2012-35, instaurado em 09/07/2012 pela fiscalização da ANEEL, com o objetivo de apurar o consumo e gestão dos estoques de combustíveis nas usinas beneficiárias da CC-C-ISOL (Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados) e a subsequente reposição da quantidade superior aos limites fixados pelo Grupo Técnico Operacional da Região Norte da Eletrobrás e aprovados pela ANEEL. Com relação especificamente à Breitener, a ANEEL concluiu pela obrigatoriedade de devolução do valor referente à quantidade de combustível que excedeu os limites do consumo eficiente, na seguinte proporção: 6.115 mil quilogramas de Óleo OC1A e PGE pela Breitener Jaraqui e proporção 10.721 mil quilogramas pela Breitner Tambaqui. Diante do cenário desfavorável, no dia 23 de janeiro de 2023, a Breitener requereu o adiamento do pedido de reconsideração quanto à decisão de mérito, contudo, tal pedido não foi deferido pela Diretoria da ANEEL. A Breitener, em 2022, efetuou a avaliação da causa junto ao jurídico e a Companhia entendeu que praticamente não havia chance de reversão do resultado, considerando que a fase de apuração da quantidade de combustíveis havia sido superada, após todas as manifestações e documentos apresentados, pode -se concluir que, enquanto não proferida decisão judicial com eficácia imediata ou que suspenda ou interfira no resultado dos processos administrativos 48500.005530/2016-13 e 48500.005531/2016-50, a Companhia entendeu ser adequada a constituição de passivo em face da Breitener. A última apuração da ANEEL indica o montante de R$ 34.431 para a Jaraqui e R$ 75.426 para a Tambaqui com risco de perda possível, R$ 13.502 para a Jaraqui e R$ 23.510 para a Tambaqui como provável, tendo sido efetuada suas respectivas provisões. A empresa Breitener Jaraqui obteve pela via judicial, no âmbito do TRF-1 (Mandado de Segurança nº 1074231-92.2023.4.01.3400) , a concessão do efeito suspensivo, tendo inclusive contratado seguro-garantia do valor do débito acrescido de 30%, de modo que os efeitos da decisão proferida na via administrativa estão suspensos.. A empresa Breitener Tambaqui obteve pela via judicial, no âmbito do TRF-1 (agravo de instrumento de n. 1030367-19.2023.4.01.0000), a concessão do efeito suspensivo, tendo inclusive contratado seguro-garantia do valor do débito acrescido de 30%, de modo que os efeitos da decisão proferida na via administrativa estão suspensos. Em decorrência do exposto, o escritório de advocacia que patrocina a causa, Nunes Fernandes Advogados e Associados, em novembro de 2023, alterou o prognóstico da causa para possível da Breitener Tambaqui e Jaraqui, tendo como argumento que eventual ação judicial, com o objetivo de discussão do mérito da cobrança, possui chance de êxito favorável para a Companhia. Desta forma, a Breitener Tambaqui reverteu em dezembro de 2023 a provisão constituída em 2022 no montante atualizado de R$ 23.660, e a Breitener Jaraqui, no mesmo mês, reverteu a provisão constituída em 2022 no montante atualizado de R$ 13.502. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados. O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 18 de abril de 2024, autorizou a divulgação destas Demonstrações Financeiras. **2.1. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras:** Os ajustes refletidos nesta nota de reapresentação, foram oriundos da revisão contábil que a Companhia realizou no ano de 2023, que está contextualizado na NE 1.1.3, e demonstrado nos quadros abaixo. As reapresentações demonstram o impacto no investimento da Breitener Holding, proveniente dos resultados reapresentados de 2022 que foram afetados pela constituição de provisão (repasse de restituições de tributos a Petrobras) nas Companhias Tambaqui e Jaraqui, além de restituições recebidas pela Breitener Energética a serem repassadas para a Petrobras. Além disso, ocorreu o impacto da reversão do aumento de capital em 2021, cuja natureza é reembolso de despesas com tributos, e que afetou a conta de Lucro (Prejuízos) Acumulados.

(i) Balanço Patrimonial

| | | | Controladora |
|---|---|---|---|
| | Originalmente apresentado | Ajustes | Reapresentado |
| **Ativo** | **2022** | **2022** | **2022** |
| Outros | 102.198 | – | 102.198 |
| **Total circulante** | **102.198** | **–** | **102.198** |
| Partes relacionadas | – | 50.094 | 50.094 |
| Investimento | 361.792 | 5.953 | 367.745 |
| Outros | 55.862 | – | 55.862 |
| **Total não circulante** | **417.654** | **56.047** | **473.701** |
| **Total** | **519.851** | **56.047** | **575.899** |

| | | | Controladora |
|---|---|---|---|
| | Originalmente apresentado | Ajustes | Reapresentado |
| **Passivo** | **2022** | **2022** | **2022** |
| Outros | 31.578 | – | 31.578 |
| **Total circulante** | **31.578** | | **31.578** |
| Contas a pagar de aquisição | 40.522 | 50.094 | 90.616 |
| Outros | 234.805 | – | 234.805 |
| **Total não circulante** | **275.327** | **50.094** | **325.421** |
| Lucros (Prejuízos) acumulados | 0 | 5.953 | 5.953 |
| Outros | 212.947 | – | 212.947 |
| **Total no PL** | **212.947** | **5.953** | **218.900** |
| **Total circulante** | **519.852** | **56.047** | **575.899** |

| | | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | Originalmente apresentado | Ajustes | Reapresentado |
| **Ativo** | **2022** | **2022** | **2022** |
| Impostos de renda e contribuição social | 99.976 | (46.226) | 53.750 |
| Outros | 469.693 | – | 469.693 |
| **Total circulante** | **569.669** | **(46.226)** | **523.443** |
| Impostos de renda e contribuição social | 26.400 | 46.226 | 72.626 |
| Outros | 269.673 | – | 369.673 |
| **Total não circulante** | **396.073** | **46.226** | **442.299** |
| **Total** | **965.741** | **–** | **695.742** |

| | | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | Originalmente apresentado | Ajustes | Reapresentado |
| **Passivo** | **2022** | **2022** | **2022** |
| Outros | 232.125 | – | 232.125 |
| **Total circulante** | **232.125** | **2.332** | **234.457** |
| Contas a pagar de aquisição | 49.718 | 49.822 | 99.540 |
| Adiantamento Petrobrás | 56.047 | (56.047) | – |
| Outros | 414.905 | 272 | 415.177 |
| **Total não circulante** | **520.670** | **(5.953)** | **514.717** |
| Lucros (Prejuízos) acumulados | – | 5.953 | 5.953 |
| Outros | 212.947 | – | 212.947 |
| **Total no PL** | **212.947** | **5.953** | **218.900** |
| **Total circulante** | **965.742** | **–** | **965.742** |

(ii) Demonstração do resultado

| | | | Controladora |
|---|---|---|---|
| | Originalmente apresentado | Ajustes | Reapresentado |
| | **2022** | **2022** | **2022** |
| Resultado de participações em investimentos | (44.694) | (50.094) | (94.788) |
| Outros | 104.455 | – | 104.455 |
| **Lucro do exercício** | **59.761** | **(50.094)** | **9.667** |

| | | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | Originalmente apresentado | Ajustes | Reapresentado |
| | **2022** | **2022** | **2022** |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas | 44.514 | (50.094) | (5.580) |
| Outros | 15.247 | – | 15.247 |
| **Lucro do exercício** | **59.761** | **(50.094)** | **9.667** |

(iii) Demonstração do resultado abrangente

| | | | Controladora e Consolidado |
|---|---|---|---|
| | Originalmente apresentado | Ajustes | Reapresentado |
| | **2022** | **2022** | **2022** |
| Lucro líquido do exercício | 59.761 | (50.094) | 9.667 |
| **Resultado abrangente total** | **59.761** | **(50.094)** | **9.667** |

(iv) Demonstração das mutações do patrimônio líquido

| | Originalmente apresentado | Ajustes | Reapresentado |
|---|---|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro de 2022 | 167.379 | 56.057 | 223.426 |
| Lucro líquido do exercício | 59.761 | (50.094) | 9.667 |
| Dividendos | (14.193) | – | (14.193) |
| **Total do patrimonio líquido** | **212.947** | **5.953** | **218.900** |

(vi) Demonstração dos fluxos de caixa

| | | | Controladora |
|---|---|---|---|
| | Originalmente apresentado | Ajustes | Reapresentado |
| Lucro líquido do exercício | 59.761 | (50.094) | 9.667 |
| Resultado de Participações em investimentos | (44.694) | 139.482 | 94.788 |
| Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros | 73.785 | (89.388) | (15.603) |
| Outros ativos | (8.132) | (50.094) | (58.226) |
| Outros passivos | 234.403 | 50.094 | 284.497 |
| Outros | (373.119) | – | (373.119) |
| **Total de caixa aplicado** | **(57.996)** | **–** | **(57.996)** |

| | | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | Originalmente apresentado | Ajustes | Reapresentado |
| Lucro do exercício | 59.761 | (50.094) | 9.667 |
| Outros passivos | 22.439 | 50.094 | 72.533 |
| Outros | (104.753) | – | (104.753) |
| **Total de caixa aplicado** | **(22.553)** | **–** | **(22.553)** |

Os ajustes refletidos nesta nota de reapresentação, foram oriundos da revisão contábil que a Companhia realizou no ano de 2023 do reembolso de despesas pago pelo antigo acionista da Breitener Jaraqui, a Petrobras, para custear a reapuração dos impostos IRPJ e CSLL do ano de 2021. O histórico destes ajustes está contextualizado na NE 1.1.3. **3. Sumário das políticas contábeis materiais são:** As práticas contábeis para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas. **As notas que apresentam as políticas contábeis materiais são: Notas Explicativas:** 5. Caixa e equivalentes de caixa; 6. Contas a receber; 7. Estoque; 8. Investimentos; 10. Fornecedores; 11. Arrendamento mercantil; 15. Tributos; 15.5 Passivo Contingente; 16. Patrimônio Líquido; 17. Receita de serviço; 18. Custos e despesas por natureza; 22. Processos judiciais e contingências. **3.1. Instrumentos financeiros:** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. **3.1.1. Ativos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração inicial:** Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos. **b) Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. **3.1.2. Passivos Financeiros: a) Reconhecimento e mensuração inicial:** Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor. **b) Classificação e mensuração subsequente:** Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. **3.1.3. Instrumentos Financeiros derivativos.:** A companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra sua exposição no preço na compra de equipamentos. Os instrumentos financeiros designados em operações de Hedge são incialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo mensurados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do exercício. **3.2. Caixa e Equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento de curto prazo a partir da data da contratação, sujeitos a riscos imateriais de mudança de valor. **4. Estimativas e julgamentos relevantes:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia e suas controladas. **4.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências:** A Companhia e suas controladas são partes em arbitragens, processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia e suas controladas, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 22. **4.2. Tributos diferidos sobre o lucro:** A Companhia e suas controladas realizam julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas pela Companhia. A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa 15.3. **4.3. Perdas de crédito esperadas:** A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a Companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. **4.4. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estimam a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando procedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza. **4.5. Arrendamento:** Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento. No contrato em que a Companhia é arrendadora do bem, celebrado com a Eletronorte, foi constituído um contas a receber por valor igual ao investimento no arrendamento e suas parcelas são corrigidas pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M, conforme fluxo do arrendamento efetuado pela Companhia, o qual possui reajuste anual em novembro, estabelecido em cláusula contratual. O contrato possui vencimento em maio de 2025. O arrendamento ativo da Companhia é segregado em parcelas mensais de "O&M" Operação e Manutenção e de Potência. A Companhia efetua análise do arrendamento financeiro em que ela é arrendadora e arrendatária do bem, onde é feita a estimativa dos valores a serem pagos e recebidos, de acordo com o prazo do arrendamento, mensurando os valores de cada parcela, atualizadas pelo IGP-M, além dos reajustes anuais contratuais previstos. **4.6. Novas normas e interpretações: 4.6.1. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** O CPC emite pronunciamentos e intepretações tidos como análogos às International Financial Reporting Standards (IFRS), tal como emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As emendas das IFRS, conforme NE 3 - Sumário das principais práticas contábeis, estão em linha com as divulgações emitidas pelo CPC até 31 de dezembro de 2023. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que entraram em vigor e aqueles que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2023, bem como os IFRS equivalentes. As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Os normativos que entraram em vigor dentro do exercício de 2023 foram avaliados pela Companhia e não geram impacto de divulgação ou impacto material nas Demonstrações Financeiras. A seguinte alteração de norma, foi emitida pelo IASB, mas não entrou em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Quanto ao normativo que ainda não entrou em vigor, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras e até o momento não foi identificado impactos de divulgação e não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

**5. Caixa e equivalente de caixa**

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| Caixa | – | 1 | – | – |
| Banco conta corrente | 4.515 | 13.262 | 51 | – |
| Aplicações financeiras (i) | 80.771 | 99.283 | 1.353 | 1.497 |
| | 85.287 | 112.546 | 1.404 | 1.497 |

(i) São aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até 12 meses, e com baixo risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2023 as aplicações financeiras estão concentradas em CDB e compromissada, com remuneração entre 85 e 100% (60 a 70% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

**6. Contas a receber**

**6.1. Contas a receber, líquidas**

| | | Consolidado |
|---|---|---|
| | **2023** | **2022** |
| Recebíveis de contratos com clientes | | |
| Terceiros | 79 | – |
| Operação e manutenção (a) | 16.824 | 17.092 |
| Liquidação financeira - CCEE (b) | – | 5.042 |
| Reembolso de encargos e recebíveis (c) | 9.509 | 19.389 |
| Outras | 171 | 1.369 |
| **Subtotal** | **26.583** | **42.892** |
| Arrendamento financeiro (d) | 383.125 | 372.405 |
| Outras | – | 1.933 |
| **Subtotal** | **383.125** | **396.459** |
| **Total do contas a receber** | **409.708** | **471.590** |
| Perdas de crédito esperadas - PCE (e) | – | (13.665) |
| **Total do contas a receber, líquidas** | **409.708** | **437.627** |
| Circulante | 263.544 | 283.499 |
| Não circulante | 146.164 | 154.128 |

**a) Operação e manutenção:** Decorre dos serviços de operação e manutenção vinculados ao contrato de fornecimento de energia elétrica firmados pela Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui com a arrendatária. **b) Liquidação financeira - CCEE:** Refere-se aos recebíveis de liquidação financeira na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, o qual está totalmente provisionado na PCE em 31 de dezembro de 2022. **c) Reembolso de encargos e recebíveis:** Refere-se ao reembolso de encargos vinculados ao contrato de fornecimento de energia e recebíveis em aberto com a arrendatária referente às parcelas remanescentes de notas fiscais de potência. **d) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles):** O saldo consolidado decorre da parcela de disponibilidade de capacidade dos contratos de fornecimento de energia elétrica firmados pela Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui com a Eletronorte, atual arrendatária (vide nota 11). **e) Perdas de crédito esperadas - PCE:** Em 31 de dezembro de 2023 foi realizado o estorno de recebíveis da gestão Petrobras que a Companhia não possui expectativa de recebimento, assim como a reversão da provisão para perda constituída no mesmo valor, gerando um crédito no resultado em 2023.

**6.2. Aging do contas a receber - Terceiros**

| | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | | 2022 |
| | Contas a receber | PCE | Contas a receber | PCE |
| A vencer | 409.379 | | 863.533 | |
| Vencidos: | – | – | | – |
| De 1 a 3 meses | 190 | – | 17.092 | – |
| De 3 a 6 meses | 139 | – | | – |
| De 6 a 12 meses | – | – | 484 | – |
| Acima de 12 meses | – | – | 13.181 | – |
| | 409.708 | – | 894.290 | – |

**6.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas - PCE**

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| Saldo inicial | 13.665 | 33.963 | – | – |
| Adições | – | 1.745 | – | – |
| Reversões | – | (22.043) | – | – |
| Baixas | (13.665) | – | – | – |
| | – | 13.665 | – | – |

A movimentação da PCE em 2023 reflete, principalmente, a baixa dos valores constituídos pela Petrobrás em setembro/2021 para ajustar o saldo do contas a receber, os quais não temos expectativa de recebimentos. A movimentação da PCE em 2022 reflete, principalmente, a reversão de depósito judicial e à baixa dos valores referentes ao processo que a Jaraqui e Tambaqui possuíam contra a Amazonas Energia - AmE e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, pleiteando glosas das notas de potência entre 2018 e 2019, o qual teve seu desfecho desfavorável à Companhia em 09 de fevereiro de 2023. **Prática contábil:** Quando a Companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da Companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação. A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda). Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a Companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos. Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário. A Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias. Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

**7. Estoques**

| | | Consolidado |
|---|---|---|
| | **2023** | **2022** |
| Peças de manutenção | 49.050 | 59.618 |
| Total | 49.050 | 59.618 |

As peças são mantidas em estoque para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de produção de energia, conforme estabelece o contrato com a AmE-GT. O custo das peças é registrado no resultado do exercício mediante sua utilização. **Prática contábil:** Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição e compreendem, principalmente, materiais e suprimentos para manutenção, e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao seu valor contábil. Materiais, suprimentos e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação que serão utilizados nas atividades da Companhia e estão demonstrados ao custo médio de compra, quando este não excede ao custo de reposição. Os estoques incluem as importações em andamento, que são demonstrados ao custo de aquisição.

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.04.23 05:21:46 -03'00'

**8. Investimento**

**8.1. Investimentos diretos (Controlada)**

| | Principal segmento de atuação | % de participação direta da Breitener Energética | % no capital votante | Patrimônio líquido | Prejuízo do exercício |
|---|---|---|---|---|---|
| **Empresa Controlada** | | | | | |
| Breitener Energética S.A | G&E | 100,00% | 100,00% | 699.492 | (17.435) |

**8.2. Informações da investida (Controlada direta) - Breitener Energética S.A.**

| | Aquisição Breitener Energética | Resultado de participação em investimentos | Menos Valia | Repasses à Petrobras | Amortização Menos Valia | Saldo em 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Subsidiárias e controladas** | | | | | | Reapresentado |
| Breitener Energética S/A | 342.345 | (94.788) | (201) | 14.436 | 105.953 | 367.745 |
| | **342.345** | **(94.788)** | **(201)** | **14.436** | **105.953** | **367.745** |

| | Aquisição Breitener Energética | Redução de Capital | Resultado de participação em investimentos | Amortização Menos Valia | Saldo em 2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Subsidiárias e controladas** | | | | | Reapresentado |
| Breitener Energética S/A | 367.745 | (73.000) | (17.435) | 70.969 | 348.279 |
| | **367.745** | **(73.000)** | **(17.435)** | **70.969** | **348.279** |

**8.3. Informações da investida (Controlada direta) - Breitener Energética S.A**

Em 31 de dezembro de 2023, as principais informações financeiras da Breitener Energética S.A (Consolidado) são:

| | Breitener Energética S.A. (Consolidado) | |
|---|---|---|
| | 2023 | 2022 |
| | | Reapresentado |
| Ativo | 961.051 | 1.045.132 |
| Passivo | 261.559 | 255.205 |
| Receita líquida | 75.612 | 92.814 |
| Lucro/Prejuízo do exercício | (17.435) | (94.788) |
| Capital social | 519.458 | 592.458 |
| Quantidade ações possuídas (em lote mil) | 519.458 | 592.458 |
| Patrimônio líquido | 699.492 | 789.927 |
| Participação no capital social, no final do exercício | 100% | 100% |
| Participação no patrimônio líquido | 699.492 | 789.927 |

As SPEs foram constituídas em 10 de maio de 2005, são Sociedades de Propósito Específico (SPE), e tem como objeto social a operação e manutenção de uma planta termoelétrica, com potência de 60MW, na cidade de Manaus. A data do início da operação comercial da Breitener Tambaqui foi 12 de janeiro de 2006 e da Breitener Jaraqui foi em 5 de abril de 2006, ambas têm duração de 20 anos, a mesma das suas obrigações contratuais, relacionadas ao fornecimento de energia elétrica à região norte do país. Em 2023 a amortização da menos valia foi realizada no valor de R$ 70.969, sendo R$ 105.953 em 2022, vide nota explicativa 19 - Outras (despesas) receitas, líquidas., referente ao "PPA" Pu*rchase price allocation* de 2021. O valor total determinado do PPA, em 2021, foi de R$ 362.731, restando R$ 172.866 a realizar entre 2024 e 2025, período compreendido pelo contrato do arrendamento, até seu vencimento em maio de 2025. **Prática contábil: Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da Breitener Holding e Participações S.A. e das suas controladas diretas e indiretas. O controle é obtido quando a Breitener Holding possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia. Transações e saldos entre entidades do grupo, incluindo lucro não realizado oriundo dessas transações, são eliminados no processo de consolidação. **Investimentos societários:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam controlada.

**9. Imobilizado**

**9.1. Por tipo de ativos**

| | | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | Terrenos | Direito de uso | Total |
| Ativos adquiridos na aquisição vide nota (24) de 2021 | 7.612 | 320 | 7.932 |
| Depreciação acumulada | – | 2.139 | 2.139 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 7.612 | 2.459 | 10.071 |
| Custo | 7.612 | 913 | 8.525 |
| Depreciação acumulada | – | 1.546 | 1.546 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 7.612 | 2.459 | 10.071 |
| Custo e depreciação acumulada | 7.612 | 3.409 | 11.021 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 7.612 | 3.409 | 11.021 |
| Custo e depreciação acumulada | – | – | (74) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 7.612 | 2.301 | 10.947 |

**10. Arrendamentos Mercantis**

**10.1. Recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro**

**Recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro**

| | | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | | | Recebimentos |
| **Compromissos estimados** | Valor futuro | Juros anuais | Valor presente |
| 2024 | 266.699 | (33.204) | 233.495 |
| 2025 | 155.574 | (5.944) | 149.630 |
| Em 31 de dezembro 2023 | **422.273** | **(39.418)** | **383.125** |
| Circulante | | | 249.531 |
| Não circulante | | | 133.595 |
| Em 31 de dezembro 2023 | | | **383.125** |
| Circulante | | | 261.334 |
| Não circulante | | | 355.305 |
| Em 31 de dezembro 2023 | | | **616.639** |

A movimentação do contrato de arrendamento reconhecido como ativo está demonstrada a seguir: 7

| | | Consolidado |
|---|---|---|
| **Circulante e não circulante** | 2023 | 2022 |
| Saldo inicial | 616.639 | 744.309 |
| Recebimentos | (278.425) | (265.127) |
| Juros incorridos | 61.432 | 82.939 |
| Remensuração dos contratos | (16.520) | 55.064 |
| Impacto PPA | (244.234) | (244.234) |
| Em 31 de dezembro 2023 | **138.891** | **616.639** |

**Prática contábil:** Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros. Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento. No contrato em que a Companhia é arrendadora do bem, celebrado com a AmE-GT, foi constituído um contas a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil. No mês de novembro de cada ano, ocorre o reajuste dos fluxos dos arrendamentos da Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui com a Eletronorte, onde as parcelas a vencer e juros a apropriar são calculados com base no IGP-M, sendo contabilizada a remensuração na receita financeira da Companhia e no contas a receber. O contrato de aluguel das plantas da Breitener Energética com suas controladas, Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui, é atualizado anualmente em dezembro, também conforme o IGP-M e segue o mesmo racional de contabilização do arrendamento de suas controladas com a Eletronorte, porém gerando um contas a pagar e despesa financeira nas mesmas, por se tratar de arrendamento passivo na Jaraqui e Tambaqui. Os rendimentos e as despesas financeiras são apropriados ao resultado ao longo do prazo de contrato, com base na taxa que ajustou o recebível/pagamento ao valor presente. Pagamentos e recebimentos contingentes são reconhecidos como despesas e/ou receitas quando incorridos.

**11. Fornecedores**

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Terceiros no País | 7.328 | 15.009 | 27 | 269 |
| Partes relacionadas (i) | – | 3.300 | – | – |
| **Total a curto prazo** | 10.874 | 18.309 | 27 | 269 |
| Terceiros no País | 3.546 | – | – | – |
| | 3.546 | – | – | – |
| | 10.874 | 18.309 | 27 | 269 |

Os fornecedores no consolidado estão relacionados às compras de materiais e suprimentos, pagamentos de seguros e aquisição de serviços diversos. Nas compras efetuadas por meio de invoices emitidas por clientes do exterior, tendo como principal fornecedor da Breitener, a Innio Jenbacher GMBH & CO OG, os materiais passam pela conversão da moeda estrangeira para o Real na data do pagamento da referida invoice, além de sofrer os gastos com despesas aduaneiras, além do pagamento da taxa Siscomex, que é um instrumento administrativo que integra as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, além do frete. Quando se faz necessário a troca de alguma mercadoria internacional adquirida com defeito, os contratos preveem que a Companhia será responsável apenas pela despesa acessória, sendo o frete, enquanto os demais gastos são cobertos pela garantia do fornecedor. **12. Partes relacionadas:** A Controlada segue a política de transações que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações. Esta política orienta na celebração de Transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios: Competitividade: preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado; Conformidade: aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia; Transparência: reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da Companhia; • Equidade: estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros; • Comutatividade: prestações proporcionais para cada contratante. A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da Companhia.

| | | | | | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | 2023 | 2022 |
| | | | | | | | Reapresentado |
| | Ceiba Desenv. | Breitener Tambaqui | Breitener Jaraqui | Portocem | Breitener Energética | Total | Total |
| **Ativo** | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | |
| Dividendos | – | – | – | – | 99.479 | 99.479 | 99.749 |
| | | – | – | | **99.479** | **99.479** | **99.749** |
| **Não circulante** | | | | | | | |
| Repasse a ser realizado PTR | – | 22.566 | 45.077 | – | 3.868 | 71.511 | 50.054 |
| Contratos de mútuo (i) | 205 | – | – | – | – | 205 | 45.500 |
| | **205** | **22.566** | **45.077** | **–** | **103.347** | **171.195** | **195.303** |

| | Ceiba FIP | Breitener Tambaqui | Breitener Jaraqui | Breitener Energética | Total | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo** | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | |
| Dividendos | 31.020 | – | – | – | 31.020 | 31.020 |
| **Não circulante** | | | | | | |
| Repasses (ii) | – | 14.596 | 10.776 | 3.181 | 28.553 | 9.184 |
| Cessão de debêntures | – | – | – | 225.000 | 225.000 | 225.000 |
| Contratos de mútuo (i) | – | – | – | 306 | 306 | – |
| | **31.020** | **14.596** | **10.776** | **228.487** | **284.879** | **267.536** |

| | | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | | 2023 | 2022 |
| | | | Reapresentado |
| **Ativo Circulante** | **Ceiba Desenvolvimento** | **Ceiba Energy LP** | **Total** | **Total** |
| Contratos de mútuo | 205 | – | 205 | 45.000 |
| | **205** | **–** | **205** | **45.000** |
| **Passivo Circulante** | **Ceiba Desenvolvimento** | **Ceiba Energy LP** | **Total** | **Total** |
| Dividendos a pagar | – | 31.020 | 31.020 | 31.020 |
| | – | **31.020** | **31.020** | **31.020** |

(i) Durante o exercício de 2022, A Breitener Holding e Participações S.A., mutuante, celebrou três contratos de Mútuo com a Portocem Geração de Energia S.A., mutuária, no valor total de R$ 63.644 o qual foi parcialmente pago pela Companhia, no valor de R$ 45.500, nas seguintes datas: 03 de fevereiro, 11 de maio, 16 de maio, 04 de agosto, 05 de setembro, 04 de outubro, 01 de novembro e 02 de dezembro de 2022, sendo as últimas liberadas em 05 de janeiro de 2023 no valor de R$ 18.144 e R$ 62.300 em 22 de maio de 2023 (Vide NE 17 - Eventos Subsequentes). Os contratos de mútuo celebrados com a Portocem Geração de Energia S.A. , conforme NE 1.1.2, foram integralmente perdoados no dia 28 de dezembro de 2023; (ii) A Breitener Holding efetuará o repasse de R$ 225.000 referentes aos pagamentos das debêntures para controlada a Breitener Energética, além de R$ 2.092 relacionados à restituição de impostos pagos para a Receita federal e R$ 1.009 referente a pedido de reembolso para a Petrobras, relacionado aos gastos englobados no contrato de SPA. Com a Breitener Tambaqui, o repasse de R$ 12.344 é referente a restituição de impostos a serem pagos pela Petrobras, em função dos indébitos que estão contabilizados como impostos a recuperar e no valor de R$ 1.420 aos pedidos de reembolso à Petrobras com os gastos englobados no contrato de SPA. A Breitener Jaraqui tem a receber o montante de R$ 6.568 pela Breitener Holding os pedidos de reembolso à Petrobras com os gastos englobados no contrato de SPA, pagos pela Jaraqui.

**12.2. Mapa de Movimentação dos mútuos**

| | | | | Controladora |
|---|---|---|---|---|
| **Ativo não circulante** | Saldo em 2022 | Mútuo | Perdão de dívida | Saldo em 2023 |
| Portocem Geração de Energia S/A | 45.500 | 90.535 | (136.035) | – |
| Ceiba Desenvolvimento S/A | – | 205 | – | 205 |
| | **45.500** | **90.740** | **(136.035)** | **205** |
| **Passivo não circulante** | **Saldo em 2022** | **Mútuo** | **Perdão de dívida** | **Saldo em 2023** |
| Breitener Energética S/A | – | 306 | – | 306 |
| | **–** | **306** | **–** | **306** |

| | | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo não circulante** | Saldo em 2022 | Mútuo | Juros | Perdão de dívida | Saldo em 2023 |
| Portocem Geração de Energia S/A | 45.500 | 166.900 | 3.308 | (215.708) | – |
| Ceiba Desenvolvimento | – | 205 | – | – | 205 |
| **Total** | **45.500** | **167.105** | **3.308** | **(215.708)** | **205** |

**12.3. Remuneração da administração da Companhia:** O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens vigente na Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas a seus empregados e dirigentes. Em 2023, a Companhia não estabeleceu valor global de remuneração, assim como em 2022, pois os administradores, membros da Diretoria da Companhia, recebem suas remunerações através de outras empresas do mesmo grupo econômico.

| | | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| | | Conselho de Administração | Conselho de Administração |
| Número de membros | Controlador Ceiba Energy FIP | 3 | 3 |
| Número de membros remunerados | – | – | – |

Em 10 de novembro de 2021, a Breitener Energética S.A foi impactada por uma mudança societária devido a venda da totalidade de suas ações para a Breitener Holding e Participações S.A., alterando o quadro de conselheiros remunerados e não remunerados. Os conselheiros eleitos em renunciaram a suas respectivas remunerações pela participação no conselho de administração das empresas Breitener Tambaqui, Breitener Jaraqui e Breitener Energética, conforme declarado em cartas de renúncias datadas de 22.11.2023.

**13. Contas a Pagar por aquisição**

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| | | Reapresentado | | Reapresentado |
| Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras | 112.032 | 99.540 | 112.032 | 90.616 |
| | **112.032** | **99.540** | **112.032** | **90.616** |

O fluxo de vencimento do saldo a pagar (*earn-out*) pela aquisição da Breitener Energética S.A. em agosto de 2021 possuem correção pelo IGP-M em 2023 e 2024 nos montantes de R$ 42.000 mil e R$ 14.800 mil, respectivamente, à taxa livre de risco de 10% ao ano (baseada na NTN-B), ambos com vencimento em 15 de julho de 2025. Em 2023, o contas a pagar por aquisição é composto também pelos montantes da Jaraqui e Tambaqui, enquanto em 2021 a rubrica era composta por valores somente da Breitener Holding.

| | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 2022 | Provisão | Reversão | Saldo em 2023 |
| | Reapresentado | | | |
| Earn–out | 40.522 | – | – | 40.522 |
| Reprocessamento de impostos (i) | 46.226 | – | – | 46.226 |
| Reembolso CCC (ii) | 8.924 | – | – | 8.924 |
| Atualização de impostos (iii) | – | 12.493 | – | 12.493 |
| Restituição de IRPJ e CSLL 2021 (iv) | 3.868 | – | – | 3.868 |
| **Total** | **99.540** | **12.492** | **–** | **112.033** |

(i) Valor inerente ao reconhecimento do passivo com a Petrobrás referente reprocessamento de impostos ocorridos em 2021 e que não constam no contrato de compra e venda (SPA), vide nota 1.1.1. (ii) Reembolsos recebidos em 2022 referentes valores de CCC de períodos anteriores e que não constam no contrato de compra e venda (SPA). (iii) Atualização do item (i). (iv) Restituições de impostos ocorridas em dezembro de 2022 a ser repassado para a Petrobrás

**14. Debêntures**

| Debêntures | Natureza | Taxas | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| 1ª e 2ª emissão | Não conversíveis em ações | CDI (i) | 90.676 | 127.056 |
| **Total** | | | **–** | **127.056** |
| **Circulante** | | | **90.676** | **82.984** |
| **Não circulante** | | | **–** | **44.072** |

(i) A Companhia possui spread bancário em 31 de dezembro de 2023 de 3,5%, sendo o cálculo dos juros com base na taxa DI + 3,5%. Referem-se a emissão, através da Breitener Energética, de debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 476, não conversíveis em ações, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo, quando a emissora se obriga a efetuar o pagamento do valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, conforme aplicável, acrescido dos juros remuneratórios das debêntures, calculados pro rata temporis desde a data de subscrição e integralização ou da data de último pagamento dos juros remuneratórios, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela emissora, nos termos da escritura de emissão, em até três dias úteis a contar do recebimento da correspondência pela emissora. As debêntures deverão ser emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados representativos das debêntures. As debêntures são da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Os recursos captados foram utilizados para aquisição de 100% da participação acionária da Breitener Energética S.A. pela Breitener Holding Participações S.A. Sobre o valor nominal unitário ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme aplicável, incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interbancários ("DI") de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A, acrescida de uma sobretaxa de 4,00%, base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, considerando a possibilidade de redução de margem nos termos contratuais ("juros remuneratórios"). A primeira emissão de debentures foi realizada pela Breitener Holding e Participações S.A. em 09 de novembro de 2021, conforme a Instrução CVM nº 476, em série única, não conversíveis em ações, no valor de R$ 225.000, com vencimento em 09 de abril de 2024, tendo a Vórtx DTVM Ltda. como a Administradora das debêntures. O saldo do valor nominal unitário das debêntures deverá ser amortizado pela Emissora em parcelas consecutivas, sendo que a 1ª (primeira) foi paga no dia 09 de dezembro de 2021, ainda pela Breitener Holding. Em 05 de janeiro de 2023, em uma reunião de diretoria, a Breitener Holding deliberou sobre o reembolso por parte da subsidiária integral Breitener Energética S.A. de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única nos termos da Lei nº 6.385 e Instrução CVM nº 467. Assim, ficou deliberado que a Breitner Energética deveria restituir à Breitener Holding os recursos no valor total de R$18.044 a título de reembolso do pagamento das 02 (duas) primeiras parcelas de amortização das Debêntures em 09 de dezembro de 2021 e 09 de janeiro de 2022.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Saldo inicial | **127.056** | – |
| Cessão | 73.000 | 244.098 |
| Juros incorridos | 19.339 | – |
| Juros pagos | (19.699) | (46.546) |
| Comissão por emissão de debêntures | 905 | – |
| Amortização | (109.925) | (70.496) |
| Total | 90.676 | 127.056 |

A segunda emissão de debentures foi realizada pela Breitener Energética S.A. em 17 de maio de 2023, conforme a resolução CVM nº 160, em série única, não conversíveis em ações, no valor de R$ 73.000, com vencimento em 17 de dezembro de 2024, tendo a Vórtx DTVM Ltda. como a Administradora das debêntures. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Em 2023, a Breitener Energética possuía como cláusula restritiva das debêntures a serem vencidas o atingimento do "Índice mínimo de cobertura do serviço da dívida" - ICSD mínimo, de acordo com a escritura de emissão das debêntures. O ICSD mínimo de 1,30x (um inteiro e trinta centésimos), de acordo com (a) as demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas da Emissora; ou (b) eventualmente, no caso da distribuição de dividendos intermediários (trimestral ou semestralmente), com base nas demonstrações financeiras interinas consolidadas auditadas da Emissora para os últimos 4 (quatro) trimestres consecutivos imediatamente anteriores encerrados, foi alcançado em 16 de maio, 15 de agosto e 16 de novembro de 2023.

**15. Tributos e Passivos Contingentes**

**15.1. Tributos correntes**

| | | | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Imposto de renda e contribuição social** | | Ativo Circulante | | Ativo não circulante | | Passivo Circulante |
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| **No país:** | | Reapresentado | | Reapresentado | | |
| Imposto de renda | 42.311 | 40.006 | 51.799 | 49.793 | 33.388 | 41.814 |
| Contribuição social | 14.510 | 13.744 | 23.309 | 22.833 | 12.206 | 15.093 |
| **Total** | **56.821** | **53.750** | **75.109** | **72.626** | **45.594** | **56.907** |

| | | | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Demais impostos e contribuições** | | Ativo Circulante | | Ativo não circulante | | Passivo Circulante |
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| **No país:** | | | | | | |
| Impostos retidos na fonte | – | – | – | – | 42 | 38 |
| ICMS | 418 | 418 | – | – | 8.277 | 7.229 |
| PIS e COFINS (i) | – | 2.437 | 34.033 | 30.985 | 567 | 3.514 |
| PIS e COFINS Diferidos (ii) | 7.202 | | – | 13.183 | – | – |
| PIS e COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo (iii) | – | – | 161.490 | 146.449 | – | 1 |
| IOF | – | – | – | – | 1.021 | – |
| Outros impostos | 136 | – | – | – | 312 | – |
| **Total** | 7.756 | 2.855 | 195.523 | 190.618 | 10.219 | 10.782 |

(i) Até setembro de 2019, em função da omissão da Lei 12.973/2014 quanto ao tratamento a ser dado às receitas financeiras sobre o arrendamento mercantil, a Companhia adicionava à sua base de cálculo de PIS e COFINS as referidas receitas. Com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, que esclarece que não serão acrescidos à base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas financeiras oriundas de arrendamento mercantil, a Companhia reprocessou a apuração destes impostos relativos ao período de julho de 2015 a abril de 2019. Em complemento, houve também o alargamento da base de PIS e COFINS, conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ, que definiu o conceito de insumos utilizando os critérios da essencialidade ou relevância, considerando sua imprescindibilidade ou importância para o desenvolvimento da atividade econômica. Essas decisões resultaram em um crédito, o qual foi objeto de pedido de restituição junto à Secretaria da Receita Federal. (ii) Os valores decorrem, principalmente, do reconhecimento dos créditos tributários vinculados à revitalização das plantas industriais das subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui. (iii) Referiam-se ao PIS e COFINS decorrente de ganho de processo judicial relacionado à exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições.

| | | Controladora |
|---|---|---|
| **Imposto de renda e contribuição social** | | Ativo Circulante |
| | 2023 | 2022 |
| **No país:** | | |
| Imposto de renda | 979 | 912 |
| Contribuição social | 160 | 144 |
| **Total** | **1.139** | 1.056 |

| | | | | Controladora |
|---|---|---|---|---|
| **Demais impostos e contribuições** | | Ativo circulante | | Passivo Circulante |
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| **No país:** | | | | |
| Impostos retidos na fonte | – | – | 92 | 11 |
| PIS e COFINS | 41 | 126 | – | 38 |
| IOF | – | – | 195 | – |
| Outros impostos | 114 | – | – | – |
| **Total** | 155 | 126 | 287 | 49 |

A Companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, promovendo ajustes pontuais (baixas) quando não comprovada a sua recuperabilidade.

**15.2. Programa de Regularização Fiscal - REFIS**

| | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|
| | Passivo circulante | | Passivo não circulante | |
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| IRPJ | 699 | 1.324 | 238 | 1.873 |
| CSSL | 738 | 737 | 366 | 1.025 |
| PIS | 263 | 263 | 132 | 555 |
| COFINS | 1.027 | 1.028 | 514 | 1.235 |
| | **2.727** | **3.352** | **1.249** | **4.690** |

Valores referentes ao parcelamento ordinário de débitos tributários solicitados pela subsidiária Breitener Jaraqui junto à Receita Federal do Brasil, de forma amigável e sem qualquer benefício financeiro. Os débitos tributários envolvidos, relacionados a pedidos de compensações não homologados pela Receita Federal, encontravam-se exigíveis em função do encerramento da defesa na esfera administrativa e ausência de provas complementares que pudessem suportar uma defesa no âmbito judicial. Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação do REFIS é composto pelos seguintes valores:

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.04.23 05:22:10 -03'00'

| | 2022 | Atualização monetária | Pagamento | 2023 |
|---|---|---|---|---|
| IRPJ | 3.195 | (520) | (1.738) | 937 |
| CSSL | 1.758 | 222 | (876) | 1.104 |
| PIS | 818 | (116) | (307) | 395 |
| COFINS | 2.271 | 469 | (1.199) | 1.541 |
| TOTAL | **8.042** | **55** | **(4.120)** | **3.977** |
| Passivo circulante | 3.352 | | | 2.727 |
| Passivo não circulante | 4.690 | | | 1.249 |

**15.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2023 | 2022 Reapresentado |
| Lucro (prejuízo) antes dos impostos | (102.098) | 28.727 |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%) | 34.713 | (9.767) |
| Equivalência patrimonial | – | – |
| Temporárias | (61.253) | (53.468) |
| Permanentes | (19.541) | 35.920 |

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2023 | 2022 Reapresentado |
| Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social | 8.643 | 12.628 |
| Diferido | 58.214 | 33.747 |
| **Imposto de renda e contribuição social** | **20.777** | **(19.060)** |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 58.214 | 33.747 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (32.499) | (52.809) |
| Imposto de renda de exercícios anteriores | (4.940) | – |
| **Total** | **20.777** | **(19.060)** |
| Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social | (25.19%) | 66.35% |

As adições e exclusões temporárias referem-se aos ajustes dos livros fiscais para expurgar o impacto do IFRS 16, sendo esse o mais relevante ajuste temporário. A Companhia também efetua ajustes temporários para a provisão do PPP e PLR. As exclusões e adições permanentes são montantes relevantes de ajustes referentes à PCE e perdas judiciais. **15.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante: a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:**

| | Arrendamento mercantil financeiro | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|
| | Imobilizado | Contas a receber | Prejuízos fiscais | Outros | Total |
| Em 1 de janeiro de 2022 | 17.811 | (238.552) | 35.106 | 4.043 | (181.592) |
| Reconhecido no resultado do exercício | (2.862) | 46.471 | (8.702) | (3.931) | 30.976 |
| Em 31 de dezembro de 2022 | 14.949 | (192.081) | 26.404 | 112 | (150.616) |
| Reconhecido no resultado do exercício | (7.316) | 74.626 | (9.096) | – | 58.214 |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 7.634 | (117.455) | 17.308 | 112 | (92.406) |
| Impostos diferidos ativos | | | | | 17.308 |
| Impostos diferidos passivos | | | | | (109.710) |
| Em 31 de dezembro de 2023 | | | | | (92.406) |

As SPEs constituíram crédito de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social diferidos, observando o limite a 30% do imposto de renda e contribuição social diferido passivo, tendo em vista o direito irrevogável de utilização desses créditos quando da realização dos impostos correntes. A Administração da Companhia monitora a geração de lucro nas operações e considera que os créditos e débitos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas e despesas, e da resolução final dos eventos futuros. **b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos:** A Administração considera que os débitos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros. Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

| | Consolidado 2023 | |
|---|---|---|
| | Ativos | Passivos |
| 2024 | 18.638 | (77.442) |
| 2025 | 7.766 | (32.268) |
| **Total** | **17.308** | **(109.710)** |

**Prática contábil:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício. **a) Imposto de renda e contribuição social correntes:** São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os passivos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

**15.5. Passivo Contingentes**

| | IRPJ | CSLL | PIS | COFINS | Total (Consolidado) |
|---|---|---|---|---|---|
| Valor original | 6.900 | 2.661 | 3.652 | 27.839 | 41.052 |
| Atualização monetária acumulada até 31/12/2020 | 4.021 | 3.467 | 1.242 | 7.924 | 16.654 |
| Saldo em 31/12/2020 | 10.921 | 6.128 | 4.894 | 35.763 | 57.706 |
| ICMS BASE PIS E COFINS de janeiro a outubro/2021 | – | – | 11.906 | 54.847 | 66.753 |
| Atualização monetária de janeiro a outubro/2021 | (2.626) | (1.568) | 12.839 | 59.484 | 68.129 |
| Repasse para a Petrobras | – | – | (1.218) | (13.218) | (14.436) |
| **Total em 31 de dezembro de 2023** | **8.295** | **4.560** | **28.421** | **136.876** | **178.152** |
| Passivo circulante | | | | | **8.018** |
| Passivo não circulante | | | | | **170.134** |

De acordo com o contrato de compra e venda entre Breitener Holding e Petrobras S.A, alguns ativos e passivos contingentes foram excluídos da negociação e o seu impacto deve ser mitigado pela restituição dos ganhos à Petrobras ou as perdas à Breitener Holding S.A. O principal ativo listado refere-se à exclusão do ICMS da base do cálculo do PIS e da COFINS representando aproximadamente 93% do saldo total. Este montante foi reconhecido pela Breitener Energética e suas empresas controladas como ativo uma vez que o processo foi julgado a favor das empresas. Desta forma, o valor recebido pela Tambaqui, Jaraqui e Energética, será repassado 15 dias após o ressarcimento da Receita Federal, para Petrobras através da Breitener Holding.

**16. Patrimônio líquido**

**16.1. Capital Social:** A Companhia foi constituída com capital social de R$ 1(mil reais), dividido em 1 mil ações, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas pelo único acionista da Companhia, Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Conforme ata de assembleia em 27 de julho de 2021 a Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia aumentou o capital da Companhia no valor de R$ 122.000 (cento e vinte e dois milhões de reais). Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, o capital subscrito e totalmente integralizado é de R$113.357, havendo a parcela de R$ 8.644 de capital a integralizar. A Companhia possui 122.001.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

| Acionista | Capital Social | N° de ações ordinárias | Participação |
|---|---|---|---|
| Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia | 122.001 | 122.001 | 100% |
| **Total** | **122.001** | **122.001** | **100%** |

**16.2. Reservas de lucros: Reserva legal:** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. **Retenção de Lucros:** É destinada à retenção de lucros líquidos das deliberações obrigatórias, conforme contrato pré-estabelecido na aquisição da Breitener Energética S.A, previamente aprovado em Assembleia Geral. **16.3. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. A proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da Companhia, a ser apreciada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, é assim demonstrada:

| | 2023 | 2022 Reapresentado |
|---|---|---|
| | (81.320) | 9.667 |
| Dividendos Mínimos obrigatórios | – | – |
| **Total de dividendos e juros sobre capital próprio** | – | – |
| Dividendos Mínimos obrigatórios (Original) | – | 14.193 |
| Reserva legal (Original) | – | 2.988 |
| Reserva de retenção de Lucro (Original) | – | 42.580 |
| **Total da destinação do resultado (Original)** | **(81.320)** | **69.582** |

**Prática contábil:** A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JSCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na AGO.

**16.4. Resultado por ação**

| | 2023 | Consolidado e Controladora 2022 Reapresentado |
|---|---|---|
| Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Breitener Holding S.A. | (81.320) | 9.667 |
| Quantidade de ações | 122.001 | 122.001 |
| Lucro (prejuízo) do exercício básico e diluído por ação ordinária (R$ por ação) | (0,67) | 0,08 |

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

**17. Receita de serviços**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2023 | 2022 |
| Receita bruta de serviços - O&M | 104.173 | 118.165 |
| ICMS | (21.104) | (17.701) |
| PIS | (1.331) | (1.365) |
| COFINS | (6.126) | (6.285) |
| **Total de deduções da receita bruta** | (28.561) | (25.351) |
| **Total da receita líquida** | **75.612** | **92.814** |

**Prática contábil:** A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços. Custos e despesas por natureza

**18. Custos e despesas por natureza**

**18.1. Custos dos produtos e serviços vendidos**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2023 | 2022 |
| Materiais e combustíveis | (40.830) | (62.952) |
| Serviços, fretes, aluguéis e outros | (19.382) | (22.655) |
| Gastos com pessoal | (42.776) | (49.447) |
| **Total de custos dos serviços prestados** | **(102.988)** | **(135.055)** |

**18.2. Despesas gerais e administrativas**

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Serviço de registro, certificação e inspeção (i) | (13.308) | (12.261) | 2.904 | (1.803) |
| Serviços Jurídicos | (1.349) | (2.606) | (281) | (428) |
| Depreciação e amortização | (329) | (101) | (329) | (101) |
| Gastos com pessoal | (11.252) | (9.898) | – | (22) |
| Prêmio por performance (ii) | – | (1.374) | – | – |
| **Total de despesas** | **(26.238)** | **(26.240)** | **2.994** | **(2.354)** |

(i) Variação referente a baixa de contas a receber proveniente da época da gestão do antigo acionista majoritário; (ii) Em 2023, a Companhia corrigiu a contabilização do Prêmio por performance para a linha de custos operacionais.

**19. Outras (despesas) receitas, líquidas**

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 Reapresentado | 2023 | 2022 Reapresentado |
| Gastos vinculados à revitalização da planta industrial (i) | 2.457 | (24.266) | – | – |
| Reversão (constituição) de processos judiciais e administrativos (NE 1.1.5) | 37.783 | (37.117) | – | |
| Receita de locação terreno | 3.132 | 2.199 | – | – |
| Obrigações com P&D | (689) | (659) | – | – |
| Participação nos lucros e resultados | – | (1.374) | – | – |
| Reversão de PCLD | 13.665 | – | – | – |
| Amortização menos valia (ii) | 70.969 | 105.953 | 70.699 | 105.953 |
| Reprocessamento de impostos (ii) | – | (50.094) | – | – |
| Outras (iv) | (11.185) | (222) | – | (881) |
| **Total de custos dos serviços prestados** | **116.132** | **(5.580)** | **70.969** | **105.072** |

(i) Em 2022 foram realizados gastos de aquisição de maquinário relacionado ao REVAMP, e no ano de 2023 além de não haver despesas relacionadas ao REVAMP, a Jaraqui ajustou as despesas referentes aos pagamentos efetuados do REFIS contra ativo de contas a receber com a Petrobras; (ii) Resultado líquido do valor reembolsado pela Petrobrás e da provisão constituída conforme NE .1.1.3. (iii) Valor a ser reembolsado para a Petrobrás conforme NE 1.1.3. (iv) A variação refere-se principalmente a baixas de contas a pagar da gestão da Petrobras.

**20. Resultado financeiro**

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| **Receitas financeiras** | | | | |
| Receita de juros sobre o arrendamento mercantil financeiro | 44.911 | 110.573 | – | – |
| Receita com recebíveis de ativos financeiros | 13.038 | 10.637 | 45 | 2.820 |
| Outras Receitas | 3.315 | 19 | – | – |
| | **61.264** | **121.229** | **45** | **2.820** |
| **Despesas financeiras** | | | | |
| Juros s/ debêntures (NE 1.1.1) | (23.134) | (26.165) | – | – |
| Despesas financeiras | – | (193) | – | (193) |
| Perda por ajuste a valor justo | (208) | (684) | – | (684) |
| Perdão de dívida (NE 1.1.2) | (215.708) | – | (136.035) | |
| Outras despesas (i) | (2.600) | (2.576) | (77) | (84) |
| | **(241.650)** | **(29.618)** | **(136.112)** | **(961)** |
| **Variações monetárias e cambiais, líquidas** | | | | |
| Atualização monetária sobre impostos a recuperar | 22.263 | 16.529 | 70 | 10 |
| Variação cambial sobre fornecedores | (165) | (167) | – | – |
| Atualização monetária sobre depósitos judiciais | 754 | – | – | – |
| Atualização monetária sobre P&D | (1.496) | – | – | – |
| | **21.356** | **16.362** | **70** | **10** |
| **Resultado financeiro** | **159.030** | **107.973** | **(135.997)** | **1.869** |

(i) Despesas de comissões bancárias relacionadas a gestão do financiamento por emissão de debentures.

**21. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa**

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| **Valores pagos durante o exercício** | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte de terceiros | | 1.039 | | 462 |

**22. Processos judiciais e contingências**

**22.1. Processos judiciais provisionados:** A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a: • Demandas trabalhistas, destacando-se reclamações trabalhistas nas quais as Breitener Tambaqui, Breitener Jaraqui e/ou Breitener Energética figuram como responsável subsidiária pelas obrigações não adimplidas pelas empresas contratadas para prestação de serviço terceirizado. Traz-se especial destaque à Execução Provisória nº 0000467-03.2023.5.11.0014, na qual resta incontroversa[1] a responsabilidade da Breitener Jaraqui por parte do crédito pleiteado na demanda. • Ações cíveis, especialmente (i) o Cumprimento de Sentença nº 0736999-09.2018.8.07.0001, relativo à condenação em honorários sucumbenciais das subsidiárias Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui em decorrência da improcedência da Ação nº 0026960-96.2015.8.07.0001 (nº antigo: 2015.01.1.089956-7), ajuizada visando impedir a aplicação de glosa pela Amazonas Distribuidora de penalidades por indisponibilidade desde o ano de 2015; (ii) os processos administrativos nº 48500.005530/2016-13 e 48500.005531/2016-50 nos quais discute-se a exigência de reembolso realizado supostamente a maior pela CCEE à Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui e onde se encontra monetizada a cobrança relativa ao consumo excessivo de combustível apurado no processo administrativo nº 48500.004046/2012-35. Os valores provisionados são os seguintes:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Processos trabalhistas | 745 | 23 | – | – |
| Processos cíveis | – | 37.337 | | |
| Processos fiscais | – | 1.168 | – | – |
| **Total** | **745** | **38.528** | **–** | **–** |
| Passivo não circulante | 745 | 38.528 | – | – |
| Saldo inicial | 38.528 | 1.418 | – | – |
| Adição / (reversão), líquida | (36.776) | 36.776 | – | – |
| Atualização de juros | 1.007 | 334 | – | – |
| **Saldo final** | **745** | **38.528** | **–** | **–** |

As reversões ocorridas no período findo em 31 de dezembro de 2023, referem-se à reversão por alteração de prognóstico de provável para possível em três processos administrativos[2] em curso perante a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), relativos à fiscalização do reembolso dos custos de geração nos Sistemas Isolados pela Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC"), em conformidade com o previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 427/2011, no período de 30/07/2009 a 30/04/2017. Na preparação das demonstrações financeiras de 2023, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de desembolso financeiro. Dentre os valores estimados, é passível de reembolso pelo antigo acionista da Companhia, a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), nos termos da Cláusula 10.9 (Contingências) do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado entre a Breitener Holding e Participações S.A., na qualidade de compradora, a Petrobras, na qualidade de vendedora, e a Companhia, na qualidade de interveniente-anuente, em 27 de agosto de 2022.

**22.2. Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| **Ativo não circulante** | | | | |
| Fiscais | 2.964 | 2.210 | – | – |
| **Total** | **2.964** | **2.200** | **–** | **333** |

**22.3. Processos judiciais não provisionados**

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2023, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

| Natureza | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 | Controladora 2023 | Controladora 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Trabalhistas | 1.106 | 3.685 | – | 56 |
| Cíveis | 108.562 | 124.366 | – | – |
| Fiscais | 34.363 | 32.306 | 162 | 12.368 |
| Ambientais | 7.335 | 6.263 | 15.907 | – |
| **Total** | **151.366** | **166.620** | **16.069** | **12.424** |

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza cível, fiscal, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

| | 2022 | Estimativa 2023 |
|---|---|---|
| **Autor: União Federal** | | |
| 1) Incidência de ICMS sobre transferência de imobilizado para o estado do Amazonas. Situação atual: A execução fiscal encontra-se suspensa, ante o deferimento de efeito suspensivo no processo de embargos à execução. Execução Fiscal nº 0014580-48.2015.4.01.3200, vinculada à Ação Anulatória nº 0009514-87.2015.4.01.320 | 2.841 | 12.209 |
| 2) Pedidos de compensação não homologados pela Receita Federal do Brasil , que alega a inexistência do crédito declarado. Contingência passiva possível relativa aos processos administrativos nº 10283.901691/2021-28, 10283.900858/2018-38, 10283.901711/2021-61, 10283.902799/2014-17, 10283.902801/2014-40, 10283.902802/2014-94, 10283.720943/2017-33, 10283.900859/2018-82 e 11080.737483/2018-11. Situação atual: Julgadas improcedentes as Manifestação de Inconformidade. Aguardando julgamento do Recurso Voluntário. | 14.848 | 10.657 |
| **Autor: Estado do Amazonas** | | |
| Autor: Estado do Amazonas 3) Execução Fiscal nº 0802003-50.2013.8.04.0001 objetivando a cobrança de suposto débito de ICMS supostamente decorrente da entrada de mercadorias de outras unidades da federação sem o devido recolhimento do ICMS-Antecipado. Situação atual: Execução suspensa até o trânsito em julgado dos Embargos nº 0241799-97.2013.8.04.0001, onde foi proferida sentença de procedência para extinguir o referido débito tributário. Atualmente aguardamos o julgamento do recurso de apelação interposto pelo estado do Amazonas. | 16.037 | – |
| 6) Processos diversos de natureza fiscal | 637 | 9.440 |
| **Total dos processos de natureza fiscal** | **34.363** | **32.306** |
| **Descrição do processo de natureza ambiental** | **2023** | **Estimativa 2022** |
| **Autor: Secretaria Municipal Meio Ambiente de Manaus** | | |
| 1) Descumprimento de natureza 018/2013 e prática de ação causadora de degradação ambiental em APP - Área de Preservação Permanente. Situação atual: Aguardando julgamento da defesa administrativa apresentada pela Companhia. | 7.335 | 6.263 |
| **Total dos processos de natureza ambiental** | **7.335** | **6.263** |
| | 0 | |
| **Descrição dos processos de natureza trabalhista** | **2023** | **Estimativa 2022** |
| **Autor: Wellington Barreto de Oliveira** | | |
| 1) Trata-se de pagamento de horas extras e adicional noturno. Situação atual: Apresentado agravo de instrumento em recurso de revista no Tribunal Superior do Trabalho. Aguardando julgamento. | 771 | 3.232 |
| **Autor: Outros** | | |
| 1) Processos diversos de natureza trabalhista | 335 | 453 |
| **Total dos processos de natureza trabalhista** | **1.106** | **3.685** |
| **Descrição do processo de natureza cível** | **2023** | **Estimativa 2022** |
| **Autor: ANEEL** | | |
| Refere-se ao processo administrativo de fiscalização da ANEEL ao consumo e gestão dos estoques de combustíveis nas usinas beneficiárias da CCC-ISOL (Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados). -Situação atual: Aguardando avaliação pela ANEEL. | 105.018 | 109.857 |
| **Autor: União Federal** | | |
| 1) Trata-se de ação ordinária, através da qual a Breitener pretende a declaração de nulidade dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPJE nº 03/2013. Situação atual: Pendente de análise da defesa administrativa. | – | 11.538 |
| 2) Processos diversos de natureza cível. | 3.544 | 2.971 |
| **Total dos processos de natureza cível** | **108.562** | **124.366** |

**22.4. Contingências Ativas**

**22.4.1. Acordo judicial com a Amazonas Energia S.A - AmE e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras:** As subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, assinaram acordo judicial com a AmE e Eletrobras, conforme mencionado na nota explicativa 1.1.2. Os valores acordados entre as partes, no montante de R$ 436.025, foram calculados de acordo com os parâmetros de atualização monetária e juros estabelecidos nas decisões judiciais proferidas em cada ação judicial. Com a assinatura do acordo judicial com a Amazonas Energia S.A e Eletrobras, as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, resolvem os pleitos judiciais relacionados aos processos mencionados abaixo, todavia estes não serão extintos enquanto não cumpridas e satisfeitas integralmente as parcelas e demais obrigações atinentes ao contrato. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento dos acordos firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. Os processos mencionados a seguir encontram-se suspensos desde a homologação judicial do mencionado acordo e assim permanecerão até o adimplemento total da transação. **a) Reembolso Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados - CCC-ISOL - Ação de Cobrança nº 0055069-28.2012.8.07.0001:** Ação de cobrança em face da Amazonas Energia e da Eletrobras, com o objetivo: (i) quanto às faturas futuras, reconhecer o direito de receber durante toda a execução dos contratos de suprimento de energia, o pagamento pela energia fornecida referente ao combustível com base no valor efetivamente reembolsado pela CCC/ISOL, determinando que a Amazonas Energia revisite e corrija as diferenças da CCC/ISOL presumida e efetiva, bem como determinar que a metodologia contratual seja aplicada também ao consumo de Gás Natural para produção da energia elétrica contratada; e (ii) quanto às faturas pretéritas, determinar que sejam pagas as diferenças de faturamento decorrentes da utilização da metodologia equivocada e ilegalidades utilizadas para cálculo do pagamento pela energia fornecida referente ao combustível, sem prejuízo das sobrevierem no curso da ação, acrescidos de juros de mora e correção monetária. Houve sentença favorável às subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, e antes do acordo judicial aguardava-se julgamento no Superior Tribunal de Justiça. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. **b) Encargos Moratórios - Ação Declaratória nº 0027135-95.2012.8.07.0001, 0059523-56.2009.8.07.0001 e 0027136-80.2012.8.07.0001:** A subsidiária Breitener Jaraqui ajuizou ação declaratória cumulada com condenatória em face da Amazonas Energia e Eletrobras, por meio da qual pretendia o recebimento de encargos relativos a juros de mora e correção monetária referente ao atraso das faturas relativas ao contrato de fornecimento de energia, celebrado entre as partes, bem como das faturas inadimplidas, com a inclusão dos encargos legais, a partir de janeiro de 2009. Posteriormente, a subsidiária Breitener Tambaqui ingressou com uma nova ação de cobrança pelo mesmo motivo acima, para as faturas relativas ao período de abril de 2006 a dezembro de 2008. Em outubro de 2020, após ação transitada em julgado pelo Superior Tribunal Federal, com decisão favorável à Companhia, houve início do cumprimento da sentença para o pagamento de encargos sobre as faturas pagas em atraso relativas ao período de julho de 2009 a dezembro de 2018, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e juros de mora, não cabendo mais a possibilidade de recurso à Amazonas Energia. Após iniciada a fase de execução da sentença, as partes apresentaram petição conjunta para suspensão do prazo de execução, objetivando celebrar acordo para parcelamento da dívida. A subsidiária Breitener Tambaqui também

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.04.23 05:22:33 -03'00'

ajuizou ação de cobrança pleiteando encargos moratórios referente a atraso das faturas vencidas no período de 2009 a 2012. No entanto, em agosto de 2017, foi celebrado acordo extrajudicial que prevê a quitação deste processo judicial, no montante de R$ 106.749, em 24 parcelas, e os pagamentos das parcelas, na forma de adiantamentos, foram iniciados em agosto de 2017. No entanto, a arrendatária decidiu não quitar as três últimas parcelas residuais, em função da queda da liminar que garantia o recebimento da totalidade do faturamento da energia contratada. As parcelas inadimplidas do acordo extrajudicial, foram incluídos no acordo judicial celebrado em abril de 2022. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. **c) Penalidades - Ação de Cobrança nº 0714179-59.2019.8.07.0001:** Em 2015, as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui ajuizaram ação visando a cobrança das parcelas em aberto relativas ao preço do combustível referente à energia fornecida bem como a suspensão da aplicação de penalidade em razão de indisponibilidade de potência, a fim de garantir a totalidade do faturamento da energia contratada. Para esse processo judicial, houve sentença favorável as SPEs (vide item "d"). Em 2019, após a queda da liminar, as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui ingressaram com ação anulatória que busca declarar a ilegalidade de glosas realizadas pela Amazonas Distribuidora relativas às notas de outubro e novembro de 2018 (Ação nº 0714179-59.2019.8.07.0001), decorrentes de penalidade por indisponibilidade de potência. A ação foi julgada improcedente, reconhecendo a legalidade da penalidade aplicada e, consequentemente, das glosas, condenando as SPEs ao pagamento das custas e honorários advocatícios. Essa ação judicial não estava transitada e julgada até o acordo. Ressalta-se que, para fins do acordo judicial, as faturas glosadas na aplicação da penalidade foram consideradas em sua totalidade, de forma a equalizar os valores devidos por todas as partes. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. **d) Divergência nos valores de potência contratada - Ação de cobrança nº 0722541-84.2018.8.07.0001:** Ação de cobrança referente a faturamentos a menor da potência contratada entre novembro de 2016 e março de 2017 em razão de aditivo contratual firmado entre as partes, no âmbito de contrato de suprimento de energia celebrado na modalidade Produtor Independente de Energia - PIE. Essa ação foi julgada parcialmente procedente, condenando as rés ao pagamento das diferenças apuradas no faturamento de suprimento do período de dezembro de 2016 a março de 2017. As partes interpuseram recurso especial, e até a data do acordo aguardava-se o julgamento do Superior Tribunal da Justiça. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. **22.4.2. Amazonas Geração e Transmissão de Energia - AmE-GT e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras: a) Penalidades - Ação de Cobrança nº 0739539-93.2019.8.07.0001:** Em dezembro de 2019 as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui ingressaram ação judicial contra a AmE-GT, por entender ser improcedente as glosas realizadas relativas as notas faturadas no período de dezembro de 2018 a novembro de 2019, devido a incapacidade de entregarem a totalidade da energia prevista no contrato (60MW mês), em função da queda da liminar que garantia o recebimento da totalidade do faturamento da energia contratada. Em 21 de março de 2023 foi arquivado o processo definitivamente, com a sentença julgada como improcedente, reconhecendo a legalidade das glosas. O transitado em julgado ocorreu em 09 de fevereiro de 2023. A ação judicial contra a AmE-GT não foi contemplada no acordo judicial com a Amazonas Energia S.A - AmE - e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Conforme divulgado na nota explicativa n.º 1, o controle da Amazonas Energia S.A - AmE foi transferido para iniciativa privada e os contratos de fornecimentos de energia foram cedidos à Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (AmE-GT), pertencente ao grupo Eletrobras, em dezembro de 2018. Nesse contexto, o acordo judicial celebrado entre as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui e a AmE / Eletrobras, conforme nota explicativa n.º 1.1.2, se limitou às operações durante o período que a AmE pertencia ao grupo Eletrobras. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. **22.4.3. SUFRAMA - Repetição de Indébito 1003600-54.2017.4.01.3200:** Em 2017 as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui ajuizaram a Ação nº 1003600-54.2017.4.01.3200 visando a restituição dos valores pagos pela Taxa de Serviços Administrativos - TSA na Zona Franca de Manaus a partir de 2012. Houve o trânsito em julgado da procedência da ação, de forma que atualmente aguardamos a expedição dos precatórios em favor das subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui. **22.4.4. União Federal: a) Mandado de Segurança ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - 0007251-29.2008.4.01.3200:** Em 2008 as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui impetraram o Mandado de Segurança nº 0007251-29.2008.4.01.3200, com o objetivo de afastar a inclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, bem como obter o direito à restituição dos valores indevidamente recolhidos. Com o trânsito em julgado favorável da referida ação restou constituído o direito à restituição dos valores indevidamente recolhidos, o que ocorrerá via precatório a ser expedido nos autos do referido Mandado de Segurança, cujo crédito, nos termos da cláusula 10.9.8 do CCVA[3] deverá ser cedido à Petrobrás (Vendedora) nos autos do próprio processo judicial, de forma que o montante do crédito não ingressará nos caixas da Breitener. Processo encerrado e atualmente em fase de cumprimento de sentença. No ano de 2023 aguarda-se a expedição do precatório em favor da Companhia **b) Ação Judicial redução da base de cálculo da contribuição patronal[4]:** As subsidiárias Breitener Tambaqui, Breitener Jaraqui e Breitener Energética ajuizaram ações com o objetivo de deduzir da base de cálculo da contribuição previdenciária patronal as rubricas relativas ao adicional de terço de férias, aviso prévio indenizado, 15 (quinze) primeiros dias de afastamento do empregado por motivo de doença ou acidente de trabalho, gratificação de 2/3 de férias firmada em acordo coletivo, horas extras e adicional de horas extras. Considerando a jurisprudência dominante, a respeito da chance de sucesso da demanda quanto à restituição dos valores pagos a maior pela Companhia, considera-se: (i) provável para a rubrica relativa aos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento do empregado por motivo de doença ou acidente de trabalho; (ii) possível para a gratificação de 2/3 de férias firmada em acordo coletivo e (iii) remoto para adicional de terço de férias , aviso prévio indenizado, horas extras e adicional de horas extras. Processo suspenso até julgamento do Tema pelo Superior Tribunal de Justiça. **c) Repetição de Indébito 1004425-27.2019.4.01.3200:** Em 2019 a subsidiária Breitener Energética ajuizou a Ação nº 1004425-27.2019.4.01.3200 visando a restituição dos valores pagos a maior à título de IRPJ e CSLL, decorrentes de saldo negativo apurado no ano-calendário de 2013. O caso encontra-se atualmente em fase de provas, aguardando o início da produção de prova pericial contábil, sendo possível a chance de êxito da demanda. **d) Pedidos de Restituição (PER) não homologados pela RFB[5]:** Processos judiciais e administrativos nos quais discute-se a não homologação de pedidos de restituições pela Receita Federal do Brasil (RFB), aos quais atribui-se prognóstico de ativo possível, tendo em vista a pendência de proferimento de decisão final nos processos administrativos e judiciais. Aguarda-se a apreciação dos pedidos de restituição pela Receita Federal do Brasil. **e) Repetição de indébito IRPJ 2019 - 0011531-96.2015.4.01.3200:** Em 2015 a subsidiária Breitener Tambaqui ajuizou a Ação nº 0011531-96.2015.4.01.3200 visando a restituição dos valores pagos a maior à título de IRPJ e CSLL, decorrentes de saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário de 2009. O caso encontra-se atualmente em fase de provas, aguardando o início da produção de prova pericial contábil, sendo possível a chance de êxito da demanda. **f) Repetição de indébito PIS e COFINS julho e agosto de 2015 - 1010783-71.2020.4.01.3200:** Em 2020 a subsidiária Breitener Tambaqui ajuizou a Ação nº 1010783-71.2020.4.01.3200 visando a restituição dos valores pagos em duplicidade a título de PIS e COFINS nas competências de julho e agosto de 2015. O caso encontra-se atualmente em fase de provas, aguardando o início da produção de prova pericial contábil, sendo possível a chance de êxito da demanda. **g) Limitação da base de cálculo de contribuição de terceiro a 20 salários-mínimos - 1042676-75.2023.4.01.3200:** Em 2023 as subsidiárias Breitener Tambaqui, Breitener Jaraqui e Breitener Energética impetraram Mandado de Segurança visando a limitação da base de cálculo da contribuição de terceiros a 20 salários-mínimos por CNPJ, bem como a restituição dos valores pagos a este título a partir da competência de outubro de 2018. O caso encontra-se atualmente aguardando a apreciação do pedido liminar, sendo possível a chance de êxito da demanda tendo em vista a pendência de decisão definitiva sobre o assunto pelo Superior Tribunal de Justiça (Tema 1.079/STJ). **22.4.5. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL): a) Ilegalidade da limitação de reembolso dos custos com combustível ao preço de referência da ANP - 0016572-94.2013.4.01.3400:** Em 2013 foi ajuizada ação pelas subsidiárias Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui visando o visando o reembolso da CCC à luz do que determinava a Lei nº 8.631/93 e os Decretos nº 774/93 e 7246/10, sem as limitações impostas pelas Resoluções da ANEEL ao preço de referência divulgado pela ANP ou qualquer outro ato normativo superveniente. Foi proferida sentença julgado procedente a ação, porém, foi concedido efeito suspensivo à ANEEL, de forma que segue vigente a limitação do reembolso praticado ao preço de referência do combustível, divulgado pela ANP. Atualmente aguardamos o julgamento do referido recurso de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **b) Ilegalidade da limitação de reembolso dos custos com combustível ao preço de referência da ANP - 0016572-94.2013.4.01.3400:** Em 2013 foi ajuizada ação pelas subsidiárias Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui visando o visando o reembolso da CCC à luz do que determinava a Lei nº 8.631/93 e os Decretos nº 774/93 e 7246/10, sem as limitações impostas pelas Resoluções da ANEEL ao preço de referência divulgado pela ANP ou qualquer outro ato normativo superveniente. Foi proferida sentença julgado procedente a ação, porém, foi concedido efeito suspensivo à ANEEL, de forma que segue vigente a limitação do reembolso praticado ao preço de referência do combustível, divulgado pela ANP. Atualmente aguardamos o julgamento do referido recurso de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **c) Reembolso da despesa com pagamento de ICMS - 0019637-10.2007.4.01.3400:** Em 2007 foi impetrado Mandado de Segurança pelas subsidiárias Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui visando o reembolso relativo ao ICMS pago na aquisição de combustível, promovidos por intermédio das CCC's, tal como se procedia anteriormente à Resolução Homologatória nº 432/07. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos de Apelação de ambas as partes. **22.4.6. Fazenda Pública do Estado do Amazonas: a) Afastamento da retenção de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS das receitas advindas dos contratos de suprimento de energia - Mandados de Segurança nº 0002168-66.2007.4.01.3200 e 0002169-51.2007.4.01.3200:** Em 2007 foram impetrados os Mandados de Segurança nº 0002168-66.2007.4.01.3200 e 0002169-51.2007.4.01.3200, pelas subsidiárias Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui, respectivamente, visando o afastamento da retenção de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS das receitas advindas de seus respectivos contratos de suprimento de energia. Atualmente se encontram vigentes decisões judiciais que determinaram a redução da retenção para 5,85%, sendo que em ambos os casos aguardamos o proferimento de decisão definitiva acerca do tema. **Prática contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.1. Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

**23. Gerenciamento de riscos e investimentos financeiros**

É de responsabilidade da área financeira da companhia planejar a gestão do caixa de curto e longo prazo, otimizar os recursos financeiros visando maior ganho e menor risco. É necessário o acompanhamento regular dos indicadores de mercado para que seja sugerida a melhor estratégia de aplicação dos recursos. As aplicações devem ser realizadas com a liquidez necessária para honrar os pagamentos previstos pelo fluxo de caixa. Devem ser permitidas somente aplicações financeiras em Renda Fixa, priorizando títulos públicos federais que acompanhem direta ou indiretamente, a variação das taxas de juros diárias praticadas no mercado de certificado de depósito interbancário (CDI) ou a média da taxa básica diária de juros de mercado (SELIC), com liquidez e para títulos e certificados emitidos por instituições financeiras ou empresas privadas. **23.1. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Durante os exercícios de 2023 e 2022 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia. **Ativos e passivos financeiros:** Todas as operações com instrumentos financeiros ativos e passivos, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

| | | Consolidado | | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Mensuração | 2023 | 2022 | Mensuração | 2023 | 2022 |
| **Ativo** | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | Custo amortizado | 85.287 | 112.546 | Custo amortizado | 1.404 | 1.497 |
| Contas a receber, líquidas | Custo amortizado | 98.810 | 291.135 | Custo amortizado | – | – |
| | | **184.097** | **403.681** | | **1.404** | **1.497** |
| **Não circulante** | | | | | | |
| Partes relacionadas | Custo amortizado | 205 | 45.500 | Custo amortizado | 205 | 45.500 |
| Contas a receber, líquidas | Custo amortizado | 146.164 | 120.124 | Custo amortizado | 12.397 | 9.054 |
| Depósitos judiciais | Custo amortizado | 2.964 | 2.210 | Custo amortizado | – | – |
| | | **149.333** | **167.834** | | **12.602** | **54.554** |
| | | **333.430** | **571.515** | | **14.006** | **56.051** |
| | | Consolidado | | | Controladora | |
| | Mensuração | 2023 | 2022 Reapresentado | Mensuração | 2023 | 2022 Reapresentado |
| **Passivo** | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | |
| Debêntures | Custo amortizado | 90.676 | 82.984 | Custo amortizado | – | – |
| Fornecedores | Custo amortizado | 7.328 | 18.309 | Custo amortizado | 27 | 269 |
| Outras contas a pagar | Custo amortizado | 573 | 638 | Custo amortizado | 218 | 217 |
| | | **98.577** | **101.931** | | **245** | **486** |
| **Não circulante** | | | | | | |
| Debêntures | Custo amortizado | – | 44.072 | Custo amortizado | – | – |
| Contas a pagar de aquisição | Custo amortizado | 114.117 | 99.540 | Custo amortizado | 99.540 | 40.522 |
| Passivo contingente | Custo amortizado | 170.134 | 178.152 | Custo amortizado | – | – |
| Outras contas a pagar | Custo amortizado | 623 | 891 | Custo amortizado | 621 | 621 |
| | | **284.874** | **322.655** | | **100.161** | **41.143** |
| | | **383.451** | **424.589** | | **100.407** | **41.629** |

**23.2. Mensuração dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. O valor justo desses instrumentos financeiros é equivalente aos seus valores contábeis. **23.3. Gerenciamento de riscos:** A gestão da Companhia e de suas controladas são realizadas por seus diretores, segue uma política que visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas. As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **23.3.1. Risco cambial:** No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial. O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros. **23.3.2. Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente ao contrato de fornecimento de energia, o qual tem suas parcelas corrigidas pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M e às aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **23.3.2.1. Risco de taxa de juros:** A Breitener efetuou a análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos à variação de taxas de juros e indicadores financeiros, levando em consideração a exposição líquida destes instrumentos financeiros, mantidos em 31 de dezembro de 2023. A Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2023, a taxa IGP-M será de 4,07% e a taxa Selic será de 9,00%. Essa estimativa é baseada no relatório Focus no Banco Central do Brasil de 02 de janeiro de 2024. A análise efetuada pela Companhia demonstra a sensibilidade a eventuais possíveis na taxa de juros, após o efeito advindo de uma baixa na taxa de juros de 25% e 50% em relação ao cenário provável. As taxas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários, com efeitos de 25% e 50%, são demonstrados a seguir os aumentos em R$ mil:

| | | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|
| **Operação** | **Juros** | **Componente** | **Cenário provável** | **Cenário 1** | **Cenário 2** |
| Arrendamento (ativo) | IGP-M | – | 4,07% | 3,05% | 2,04% |
| Debêntures (passivo) | Selic | CDI | 9,00% | 6,75% | 4,50% |
| Aplicação financeira | Selic | CDI | 9,00% | 6,75% | 4,50% |

| | | | | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Operação** | **Taxa** | **Ativo** | **Passivo** | **Exposição líquida** | **Cenário Provável*** | **Cenário 1** | **Cenário 2** |
| Arrendamento (ativo) | IGP-M | – 383.125 | – | 383.125 | 15.593 | 11.685 | 7.815 |
| Debêntures (passivo) | Selic | CDI | – 90.676 | 90.676 | 8.161 | 6.121 | 4.080 |
| Aplicação financeira | Selic | CDI | 85.287 | – 85.287 | 7.676 | 5.757 | 3.838 |

(*) A análise de sensibilidade é baseada nas projeções das taxas conforme relatório Focus do Banco Central do Brasil de 02 de janeiro de 2024. **23.3.3. Risco de crédito:** A Companhia está expostas ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, e demais contas a receber em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa, equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez. **23.3.4. Risco de Liquidez:** É o risco de a Companhia não dispõem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. **23.4. Seguros:** Para proteção de seu patrimônio, a Companhia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes. Em 09 de novembro de 2023, a Breitener Energética celebrou contrato de seguro de riscos operacionais com a Starr International Brasil Seguradora S.A, tendo suas controladas, Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui, como sua cossegurada, onde ficou estabelecida a garantia de indenização e ou reembolso de despesas incorridas até o limite contratado, em decorrência da realização dos riscos cobertos, desde que ocorram em território nacional e durante o período de vigência da apólice, até o valor fixado na apólice. O período de vigência do seguro é compreendido entre 09 de novembro de 2023 até 09 de novembro de 2024, com limite máximo de garantia até o valor de R$ 200.000. O prêmio do seguro é de R$ 2.770, além de IOF de R$ 204, dos quais serão pagos nos primeiros meses de 2024, através das suas controladas. Em 09 de novembro de 2023, a controladora Energética celebrou um novo contrato de seguro de responsabilidade civil para as controladas Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui e as coligadas Breitener Holding e Ceiba Desenvolvimento, com a Axa Seguros S.A. O prêmio do contrato é de R$ 132, a ser quitado em 2 parcelas iguais de R$ 66, com vencimento em janeiro e março de 2024 no dia 15 e será pago através das controladas Tambaqui e Jaraqui. O limite máximo da garantia da apólice é de R$ 50.000. Em 09 de novembro de 2023, a Breitener Energética celebrou um novo contrato de seguro D&O para as controladas Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui e as coligadas Breitener Holding, Portocem Geração de Energia e Ceiba Desenvolvimento, com a Zurich Seguros. O prêmio do contrato é de R$ 41 com vencimento para janeiro e fevereiro de 2024. O limite máximo da apólice é de R$ 15.000. O contrato garante indenizações ou reembolsos ao segurado, até o limite máximo da importância segurada, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, durante a vigência da apólice, em todos os locais estabelecidos pelo segurado. O período de vigência do contrato é de 09 de novembro de 2023 até 09 de novembro de 2024.

**24. Combinação de negócios**

Em 9 de novembro de 2021, foi concluída a compra, pela Breitener Holding e Participações S.A., de 100% do capital social da Breitener Energética S.A., conforme documento "Certificado de Fechamento" assinado entre as partes que esclarece que as condições suspensivas foram cumpridas, principalmente quanto a: necessidade de avaliação e aprovação do CADE, não exercício de preferência pelos acionistas minoritários e obtenção de financiamento do preço de aquisição. Também nesta data foram praticados os seguintes atos: devolução da garantia financeira fornecida pela compradora, transferência da totalidade das ações à compradora, rescisão do contrato de compartilhamento de custos entre a Companhia e a vendedora, dentre outros. **Contraprestação transferida:** A contraprestação transferida de R$ 304.901 foi composta da seguinte forma:

| Em milhares de Reais | 31/08/2021 (Reapresentado) |
|---|---|
| Parcela do principal (i) | 264.336 |
| Earn - out (ii) | 39.944 |
| Venda de motores (iii) | 621 |
| **Total da contraprestação transferida** | **304.901** |

i) Preço base de aquisição definido em agosto de 2021 ajustado pela correção definida em contrato e descontado o Leakage Petrobras (LP). ii) Valor presente do earn-out relacionado com a correção do contrato pelo IGP-M em 2023 e 2024 nos montantes de R$ 42.000 mil e R$ 14.800 mil, respectivamente, à taxa livre de risco de 10% ao ano (baseada na NTN-B), ambos com vencimento em 15 de julho de 2025. iii) Venda de motores (restituição do valor de 90% à Petrobras) -13 motores Jenbacher. **Ativos adquiridos e passivos assumidos:** A tabela abaixo resume o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data base de 31 de outubro de 2021:

| Em milhares de Reais | 31/10/2021 (Reapresentado) |
|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | 93.129 |
| Clientes | 287.949 |
| Estoques | 124.315 |
| Impostos a recuperar | 297.143 |
| Outros créditos | 663 |
| Clientes - acordo judicial | 22.043 |
| Impostos diferidos | 25.270 |
| Depósitos judiciais | 2.081 |
| Imobilizado | 8.291 |
| Repasses à Petrobras | (192.588) |
| Fornecedores de serviços | (42.328) |
| Obrigações trabalhistas | (5.858) |
| Obrigações tributárias | (104.934) |
| Outras contas a pagar | (8.788) |
| Dividendos a pagar | (6.436) |
| Empréstimos e financiamentos | (220) |
| Impostos e contribuições sociais diferidos | (185.192) |
| Provisões e contingências | (10.279) |
| **Total dos ativos identificáveis, líquido** | **304.261** |

**Mensuração de valor justo:** As principais premissas no cálculo do valor justo do Contas a Receber de Arrendamento são: (i) Taxa de desconto nominal de 13,3%; As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

| Ativos adquiridos | Técnica de avaliação |
|---|---|
| Contas a Receber de Arrendamento | O contas a receber representa, substancialmente, o reconhecimento do arrendamento mercantil em virtude da entrega dos ativos e passivos ao final do contrato à Amazonas Energia S.A. Para o cálculo inicial considerou-se o faturamento relacionado com a obrigação de performance de disponibilidade de potência a valor presente por taxa de desconto intrínseca que equilibra o valor do ativo imobilizado líquido na data do reconhecimento inicial. O valor justo do contas a receber considera o reequilíbrio entre as obrigações de performance, ajustando o déficit da geração de receita (O&M). |

Valor bruto do contas a receber de arrendamento, considerando o total dos montantes a receber até o final da vigência dos contratos é de R$ 787.411. Em 2022 a amortização da menos valia foi realizada no valor de R$ 105.953, sendo R$ 12.947 em 2021, vide nota explicativa 19 - Outras (despesas) receitas, líquidas., referente ao "PPA" Purchase price allocation de 2021. O valor reduz o montante a receber referente ao ativo de arrendamento.

**Ágio**

| Em milhares de Reais | 31/10/2021 (Reapresentado) |
|---|---|
| Contraprestação transferida | 304.901 |
| Valor justo dos ativos líquidos identificáveis | (304.261) |
| **Parcela não alocada (goodwill)** | **640** |

O ágio é atribuído principalmente ao contrato, que prevê a geração de energia e disponibilidade de potência das empresas operacionais Breitener Energética S.A que possuem com a Amazonas Energia. S.A, e que são controladas pela Breitener Holding e Participações S.A.

**Diretoria Executiva**

**Paulo Alexandre Macedo de Almeida** – Diretor Presidente
**Paula Barcellos Loureiro** – Diretora Jurídico

**Conselho de Administração**

**Ramon Andres Lafee Espinoza** – Conselheiro
**Javier Antonio Marrero Castells** – Conselheiro
**Emilio Alberto Vicens** – Conselheiro

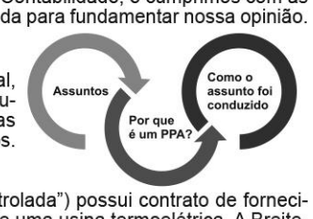
**Contador**

**Romualdo de Freitas**
Contador - CRC-AM 016541/O AM

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas Breitener Holding e Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Breitener Holding e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Breitener Holding e Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Breitener Holding e Participações S.A. e da Breitener Holding e Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards* Board - IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.




**Porque é um PAA: Arrendamento (Notas 1, 4.5 e 6):** A controlada Breitener Energética S.A. ("Breitener Energética" ou "controlada") possui contrato de fornecimento de energia com a Eletronorte S.A. que contém um arrendamento financeiro, onde a controlada atua como arrendadora de uma usina termoelétrica. A Breitener Energética é responsável pela operação e manutenção da usina de energia. O contrato prevê, ao seu término, a transferência de propriedade ou controle do ativo ao arrendatário, sendo os bens revertidos para a Eletronorte S.A. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo referente ao contas a receber de arredamento é de R$ 383.125 mil. Em razão dos julgamentos exercidos na classificação do arrendamento e na mensuração da contraprestação dos valores de arrendamento, bem como o cálculo do ajuste a valor presente destas contraprestações referente ao contrato de arrendamento, que podem impactar o valor das receitas de juros do arrendamento e contas a receber, o tema foi considerado como o principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação dos contratos de arrendamentos. Também efetuamos leitura do contrato de fornecimento de energia, que contém o arrendamento, e avaliamos sua classificação como arrendamento financeiro face à transferência do ativo ao cliente. Testamos a exatidão matemática do cálculo dos juros e da atualização monetária no exercício e verificamos o efetivo recebimento das parcelas do contrato durante o exercício. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas na determinação do valor dos arrendamentos a receber, bem como sua apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.04.23 05:22:58 -03'00'

e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de janeiro, 18 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/F-5
Patricio Marques Roche Contador CRC 1RJ081115/O-4